


**UGT-SP E ENTIDADES FILIADAS
TRAÇAM ESTRATÉGIAS PARA
ENFRENTAR O RETROCESSO
DA NOVA LEI TRABALHISTA**



**PADEIROS DE SÃO PAULO
FORTECEM SUA UNIDADE
REALIZANDO ELEIÇÕES COM
MAIS DE 11 MIL VOTOS**



TRABALHO ESCRAVO



**Uma
violação
de direitos
humanos que
ainda existe
no Brasil**



26ª REUNIÃO PLENÁRIA DA EXECUTIVA NACIONAL DA UGT. Pág. 36

EDUCAÇÃO PARA A INCLUSÃO	4
DIRETORIA DO SINDICATO DOS PADEIROS DE SÃO PAULO É REELEITA COM 97% DOS VOTOS	6
UGT-RS LANÇA PORTAL E AMPLIA ACESSO DO TRABALHADOR À INFORMAÇÃO	8
APP DA UGT	9
AS MULHERES DA UGT E O ENFRENTAMENTO ÀS REFORMAS DO GOVERNO FEDERAL	10
GOIANOS VOLTAM ÀS RUAS PARA PROTESTAR PELOS DIREITOS DOS BRASILEIROS	11
O FALSO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO E A INCOERÊNCIA DIANTE DOS DEVEDORES CONTUMAZES	12
REFORMA DA PREVIDÊNCIA VOLTA A SER DISCUTIDA PELO GOVERNO	14
II SEMINÁRIO DA UGT-SP ARTICULA COMBATE ÀS REFORMAS	15
UM DURO GOLPE PARA O POVO BRASILEIRO	16
TRABALHO ESCRAVO É LIBERADO NO BRASIL	17
MULHERES SE UNEM CONTRA REFORMA PREVIDENCIÁRIA	18
SINDIAPI-ES INAUGURA SUA SEDE EM VITÓRIA	19
UNICOM: INSTRUMENTO DE DEFESA DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO	21
OUTUBRO ROSA	22
VITÓRIA DOS TRABALHADORES DO PARÁ	24
RESGATAR A DEMOCRACIA É PRECISO	25
UGT-SP DEFENDE UNIDADE PARA ENFRENTAR REFORMAS	26
REFORMA POLÍTICA: POR QUE OS PARLAMENTARES TÊM MEDO DA MUDANÇA?	27
JORNADA 2030 COMPLETA DOIS ANOS	28
NOVA LEI TRABALHISTA PREGA O OPOSTO DO TRABALHO DECENTE	29
ALEMÃO RECOMENDA LUTA, LUTA E LUTA	30
A APOSENTADORIA DO SINDICALISTA QUE DEDICOU MEIO SÉCULO À DEFESA DAS CAUSAS OPERÁRIAS	31
HOMENAGEM A UM VISIONÁRIO	32
UGT CONQUISTOU CREDIBILIDADE NESTES DEZ ANOS	33
A CADEIA GLOBAL DE VALORES E O MAIS PERVERSO LADO DO CAPITALISMO	34
FETRACOOP INAUGURA SEDE PRÓPRIA EM CURITIBA	38
UGT-RJ E ENTIDADES FILIADAS DISCUTEM OS EFEITOS DA NOVA LEGISLAÇÃO	40
STIAL/AL PROMOVE DEBATE SOBRE REFORMA TRABALHISTA	41
EMPOSSADA A NOVA DIRETORIA DO SINGOMAR	42

FOMOS FERIDOS. VAMOS REAGIR



Anova legislação trabalhista aprovada pelo governo federal fere gravemente o movimento sindical, minando o poder de igualdade entre os sindicatos dos trabalhadores e os patronais.

Sem sindicatos fortes, não há negociação justa entre as partes, o que abre espaço para

maus empregadores explorarem a mão de obra de trabalhadores que, muitas vezes, encontram-se em estado de vulnerabilidade social.

Essa ação precariza as relações de trabalho, potencializada pela Portaria que dificulta a punição e a fiscalização do trabalho escravo no País – prova de que o governo, no auge dos seus 3% de aprovação, não se importa com o social, com o bem-estar da população e com o emprego decente.

O governo brasileiro, com uma parte do Congresso Nacional, virou as costas para a população e promoveu uma inversão de papéis ao construir uma legislação de ampla proteção à empresa e ao empregador, que, certamente, não são o lado mais fraco numa disputa trabalhista.

Mesmo diante de todos esses ataques e em meio a todas as incertezas que este cenário impõe, a União Geral dos Trabalhadores (UGT) continuará atenta à defesa da classe trabalhadora, dando total apoio aos seus sindicatos filiados.

Marcos Afonso de Oliveira
Secretário de Imprensa da UGT

EXPEDIENTE

Presidente
Ricardo Patah

Conselho Editorial

Antonio Carlos Reis
Enilson Simões de Moura
Laerte Teixeira da Costa
Antônio M. Thaumaturgo Cortizo
Lourenço Ferreira do Prado
José Roberto Santiago
Davi Zaia
Severino Ramos
Canindé Pegado
José Moacyr Pereira
Francisco Pereira de Souza Filho
Benedito Antonio Marcelo
Marcos Afonso de Oliveira
Valdir Vicente de Barros
Eleuza de Cássia Buffelli Macari
Josineide de Camargo Souza

Secretário de Imprensa da UGT
Marcos Afonso de Oliveira
MTb 62.224

Jornalista Responsável
Mauro Ramos
MTb 11.875

Redação
Fábio Ramalho
Joacir Gonçalves

Programação Visual, Artes e Diagramação
Antonio Laudate

Fotos
FH Mendes / Arquivo da UGT

Revisão
Ana Castanho



O PAÍS NA CONTRAMÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

Ricardo Patah,
presidente nacional da UGT

A Portaria que modifica o entendimento brasileiro para trabalho escravo é vergonhosa e fere o princípio da dignidade humana. Por essa razão, deve ser revogada imediatamente.

Essa não é apenas uma exigência da União Geral dos Trabalhadores (UGT), mas sim do movimento sindical brasileiro e de diversas entidades da nossa sociedade – inclusive de órgãos internacionais.

Essa Portaria é um grande equívoco do governo. Ela arranhou a imagem do Brasil no exterior e a nossa luta por desenvolvimento sustentável e justiça social, comprometendo tudo que se conquistou até agora nessa área.

Uma atitude indigna e que gerou reação em todos os setores da sociedade brasileira. Nomes como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e Raquel Dodge, procuradora-geral da República, classificaram a Portaria como um grave retrocesso.

FHC disse que é uma ação inaceitável. Já a procuradora entregou ofício pedindo sua revogação, alegando que a norma é “um retrocesso à garantia constitucional de proteção à dignidade da pessoa humana”.

A medida, que coloca em risco o combate ao trabalho escravo, fere normas internacionais nas quais o Brasil é signatário e pode ter impacto negativo também nas exportações, já que representantes da União Europeia sinalizaram não aceitar a importação de produtos elaborados sob trabalho em condições de escravidão.

Isso é preocupante, porque cerca de 20% das nossas exportações têm como destino países europeus, podendo a situação das políticas sociais brasileiras ser discutida em tratativas para eventuais acordos de livre comércio.

É preciso lembrar que o Brasil quase ocupou um lugar no Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas) justamente por suas políticas sociais e pelo combate ao trabalho degradante. Agora, essa nova situação pode nos transformar em um país desprezível aos olhos do mundo. Um país que fecha os olhos para a exploração em condições desumanas de seus trabalhadores.

E os resultados negativos já estão surgindo. A ONU e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) publicaram notas reforçando o posicionamento contrário à decisão do governo brasileiro e condenando o enfraquecimento da fiscalização, que visa dificultar a punição dos empregadores e das empresas flagradas com trabalho análogo à escravidão.

Em 1995, com a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, o Brasil deu um passo importante para virar



UGT e todas as entidades do movimento sindical sempre lutaram pela promoção do trabalho decente

referência mundial no enfrentamento aos diversos modelos predatórios de exploração de mão de obra que já existem no País desde os tempos da Colônia e do Império.

Ao longo desses 22 anos, milhares de pessoas foram resgatadas de locais de trabalho degradantes e em condições análogas à escravidão. Isso aconteceu e, infelizmente, ainda acontece tanto no campo quanto nas grandes cidades. Basta lembrar os casos das oficinas de costura, em São Paulo, que envolveram marcas famosas flagradas com trabalhadores em condições degradantes. À época, a UGT, suas entidades filiadas e outras instituições do movimento sindical denunciaram o fato ao Ministério do Trabalho e não mediram esforços para combater esse crime.

Para o movimento sindical, principalmente para a UGT, um dos pontos fortes de nossas ações é a promoção do trabalho decente, por melhor distribuição de renda, justiça social e igualdade de oportunidade. Portanto, essa Portaria é inadmissível e imoral, seguindo na contramão de tudo o que já foi feito em prol da dignidade laboral e da vida humana.

A decisão do governo envergonha a sociedade e promove uma reação negativa no mundo. É inaceitável que, em pleno século 21, um governo democrático, que busca ampliar nossas relações em nível de comércio internacional, crie a possibilidade de seus trabalhadores serem submetidos a condições análogas à escravidão, inibindo as ações da fiscalização. Não podemos aceitar a volta do pelourinho. A UGT e todos os seus sindicatos filiados estão de braços dados contra essa Portaria. É necessário que ela seja abolida de imediato. O País não pode ir na contramão da justiça social.

EDUCAÇÃO PARA A INCLUSÃO

Secretaria de Acessibilidade celebra Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência com palestra para estudantes de escola pública

Para celebrar o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, a Secretaria para Assuntos de Acessibilidade da União Geral dos Trabalhadores (UGT) promoveu uma palestra sobre inclusão em uma escola de Ensino Fundamental da rede pública estadual, no município de Guarulhos, região metropolitana de São Paulo.

A ação, realizada na Escola Estadual Prefeito Waldomiro Pompeu, no bairro Jardim Divinolândia, em Guarulhos, reuniu cerca de 70 pessoas entre alunos, pais e professores, que, numa manhã de sábado, assistiram a palestras e vivenciaram na prática algumas das situações comuns às pessoas com deficiência.



Em uma dinâmica de grupo, os alunos se locomoveram com cadeiras de rodas, andaram com os olhos vendados e os ouvidos tapados

As palestras foram ministradas por Silvana Mesquita e Firmino Manoel da Silva, ambos cadeirantes e dirigentes da Secretaria de Acessibilidade da UGT. Eles falaram aos estudantes sobre a importância da inclusão da pessoa com deficiência não apenas no ambiente escolar, mas em atividades cotidianas e também no mundo do trabalho.

“O objetivo da nossa Secretaria é promover a inclusão da pessoa com deficiência em sua comunidade, habilitando-a ao trabalho e ao exercício da vida social. Estas palestras junto à comunidade escolar têm como objetivo quebrar as barreiras que dificultam essa inclusão”, explicou a secretária nacional de Acessibilidade da UGT, Silvana Mesquita.

Durante as atividades, por meio de uma dinâmica de grupo, os alunos se locomoveram com cadeiras de rodas, andaram com os olhos



Silvana Mesquita (esquerda), secretária nacional de Acessibilidade da UGT

vendados e os ouvidos tapados. Para dificultar, algumas cadeiras foram colocadas como obstáculos, de maneira que os jovens pudessem vivenciar o quanto as barreiras físicas, por falta de políticas de acessibilidade, dificultam o processo de

inclusão. “O mais importante é quebrar esse preconceito que faz a sociedade, de maneira geral, enxergar as pessoas com deficiência como incapazes. Por meio de pequenas ações como esta, é possível gerar grandes transformações de consciências”, afirmou Silvana.

Para Silvéria Lourdes Barbosa Lima Ferreira, coordenadora pedagógica da unidade escolar, a palestra foi muito interessante e encantou as crianças. “No dia seguinte, elas comentaram a experiência que tiveram e a necessidade da construção de rampas para tornar a escola mais acessível. O resultado foi muito positivo e temos interesse em promover futuras palestras como esta envolvendo um público mais adulto para despertar essa consciência quanto à inclusão”, afirmou.

Além das palestras, a Secretaria de Acessibilidade distribuiu um amplo material de apoio educativo, dentre os quais se destaca uma cartilha, com uma história em quadrinhos, voltada ao público infantil. “A cartilha ‘A inclusão pelos olhos de uma criança’ tem ajudado bastante na difusão dos princípios da nossa Secretaria, pois mostra de forma clara e didática como vencer o preconceito e superar as barreiras em nossa constante busca pela acessibilidade”, finaliza a secretária Silvana Mesquita. ■

DIRETORIA DO SINDICATO DOS PADEIROS DE SÃO PAULO É REELEITA COM 97% DOS VOTOS

Mesmo diante de um cenário político extremamente desfavorável para a classe trabalhadora, os Padeiros fortalecem sua unidade e reconduzem Chiquinho Pereira à presidência da entidade

Após cinco dias de votação, a categoria dos padeiros, confeiteiros e balconistas elegeu a nova diretoria do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, entidade filiada à União Geral dos Trabalhadores (UGT), para gestão 2017/2021.

Durante o processo de contagem dos votos, muitas lideranças sindicais estiveram presentes e fizeram questão de parabenizar Chiquinho Pereira, reeleito presidente do Sindi-

cato, pela significativa vitória, especialmente em um momento tão difícil para os trabalhadores brasileiros.

Foram 11.587 votos, garantindo 97% dos votos dos associados que compareceram às urnas. Houve 260 votos brancos e 60 nulos, dando um total de 11.907 votos.

Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, salientou o papel fundamental do Sindicato dos Padeiros na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, em defesa dos inte-

resses do Brasil e na construção e crescimento da UGT.

“Apesar da ofensiva dos patrões e dos governos em tentar retirar nossos direitos e conquistas e tentar quebrar os sindicatos que lutam por melhorias para as suas categorias, nós resistiremos e lutaremos até o fim, em busca de dias melhores para os trabalhadores e suas famílias”, disse Chiquinho, que é também secretário de Organização e Políticas Sindicais da UGT. ■



Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, salientou o papel fundamental do Sindicato dos Padeiros na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, em defesa dos interesses do Brasil e na construção e crescimento da UGT



Chiquinho Pereira, presidente reeleito do Sindicato



Nova diretoria do Sindicato dos Padeiros de São Paulo, eleita pela categoria

UGT-RS LANÇA PORTAL E AMPLIA ACESSO DO TRABALHADOR À INFORMAÇÃO

Novo site vai facilitar a comunicação entre sindicatos e trabalhadores gaúchos

A União Geral dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (UGT-RS) acaba de lançar um novo site. A proposta é otimizar a comunicação e o relacionamento da Central com os sindicatos e trabalhadores que representa.

“O movimento sindical brasileiro passa por uma crise bastante séria e, mais do que nunca, a informação e a comunicação têm papel fundamental para que se possa desenvolver um trabalho sério e competente. Buscamos nos aproximar cada vez mais das nossas bases e dar voz aos que realmente precisam ser ouvidos



e podem contribuir nessa nova fase do sindicalismo no Brasil”, afirma Norton Jubelli, presidente em exercício da UGT-RS.

O lançamento do portal ocorreu no final de agosto e contou com a

O endereço do site é www.ugtrs.org.br

presença do presidente nacional da UGT, Ricardo Patah.

Na ocasião, Patah concedeu entrevista a uma rádio local e proferiu uma palestra para dirigentes sindicais, na Federação dos Sindicatos de Servidores Públicos Municipais do Rio Grande do Sul (Fesismers), sobre os malefícios da reforma trabalhista e as medidas que estão sendo tomadas para amenizar estas consequências.

“Vivemos momentos delicados e precisamos de união e informação para continuar nossa luta por um sindicalismo cidadão, ético e inovador”, afirmou Patah.

De acordo com Norton, “a intenção do site é justamente que a informação esteja cada vez mais acessível para que se possa discutir os temas do sindicalismo em âmbitos nacional e regional com mais fluidez”. ■



Ricardo Patah, presidente da UGT nacional (no centro da foto), proferiu uma palestra para dirigentes sindicais na Federação dos Sindicatos de Servidores Públicos Municipais do Rio Grande do Sul. Ao lado (direita), o presidente em exercício da UGT-RS, Norton Jubelli

APP DA UGT

É o sindicalismo cidadão, ético e inovador na palma da mão

Desde os primórdios, a comunicação é a base das relações humanas. Seja por meio de fumaça, gestos, sinais, desenhos, de palavras escritas ou faladas, é a comunicação que garante o entendimento entre as pessoas.

E ela vem se aprimorando ao longo do tempo. Hoje, é predominantemente a tecnologia que comanda essa relação.

Por isso, a União Geral dos Trabalhadores, que busca, diariamente, acompanhar o desenvolvimento digital, acaba de lançar o Aplicativo (App) da UGT, desenvolvido pela Secretaria de Publicidade e Marketing.

Para adquiri-lo, basta acessar a loja de aplicativos de seu smartphone (Android ou IOS) e buscar por “UGT Brasil”.

“O objetivo dessa ferramenta é informar e aproximar ainda mais nossos sindicatos filiados, os trabalhadores e a sociedade em geral. Como es-



Ricardo Patah é presidente da UGT nacional

tamos presentes em todo o Brasil, a comunicação virtual agiliza e facilita a troca de informações em tempo real”, explica Ricardo Patah, presidente da UGT nacional.

O aplicativo traz notícias do mundo sindical, da economia e da política nacional veiculadas no site da entidade; documentos institucionais como estatuto e princípios da UGT; informações sobre a atuação da Central na Jornada 2030, que visa alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; dados institucionais, como a relação de suas Secretarias; publicações do Diário Oficial; informações e contatos de cada uma das estaduais; acesso às pesquisas realizadas pelo Instituto de Altos Estudos da UGT; clipping de notícias; enquete interativa; ficha de filiação; e muito mais.

“Em tempos difíceis como o que estamos vivendo, criar algo que facilita a vida é um oásis no deserto. Disseminar informação, ou seja, promover o acesso ao conhecimento é algo fundamental em uma democracia. Por isso, estou orgulhoso desse aplicativo e espero que ele atinja o objetivo da interatividade e da troca”, finaliza Patah. ■

AS MULHERES DA UGT E O ENFRENTAMENTO ÀS REFORMAS DO GOVERNO FEDERAL

Segundo estudo divulgado por consultores legislativos do Senado, no caso da Previdência, alguns aspectos das reformas defendidas pelo governo terão impacto negativo no País, sobretudo na vida dos trabalhadores que se encontram em situação precarizada, que possuem menor nível de escolaridade, mulheres e negros



que é danosa para a sociedade. Agora, volta a discutir a reforma previdenciária sem o devido debate com a sociedade e sem acatar qualquer modificação apresentada pelas entidades de classe ou movimentos sociais.

Uma ação realizada a toque de caixa, que claramente atende a interesses de setores específicos da sociedade em detrimento de mais de 200 milhões de pessoas que habitam o Brasil.

Nossa Secretaria reafirma a necessidade de manter permanente o combate à violência contra as mulheres no ambiente doméstico e no local de trabalho, de apoiar a infância em situação de violência doméstica para evitar que crianças saiam e fiquem nas ruas sujeitas a todos os riscos contra sua integridade.

Entendemos a necessidade de romper o ciclo geracional do comportamento violento – a convivência com a violência gera sempre mais violência – e, acima de tudo, de ampliar as ações de enfrentamento às reformas – algo fundamental para manter os direitos já existentes e, aí sim, se voltar para as ações de ampliação da igualdade de gênero. ■



Regina Pessoti Zagretti, Secretária da Mulher da UGT Nacional

O atual cenário político nacional está conturbado, apresentando-se como um grande atentado contra o conjunto de direitos conquistados pela classe trabalhadora e pela sociedade de modo geral.

Diante disso, a Secretaria da Mulher da UGT repudia a ideia colocada pelo governo federal de que a aprovação da nova Lei Trabalhista e a proposta de reforma da Previdência são essenciais para o País, pois, da maneira que estão, entende-se que esses projetos são de exclusão social, com argumentos enganosos e incompatíveis com as aspirações da sociedade expressas na Constituição de 1988.

A Secretaria da Mulher da UGT reafirma a importância de reconhe-

cer o direito às diferenças de gênero, ao direito de ser, de afirmação de identidade, de respeito, de viver e viver em sociedade.

É inadmissível que o governo federal venha a público defender uma legislação que retira direitos trabalhistas e previdenciários.

Segundo estudo divulgado por consultores legislativos do Senado, no caso da Previdência, alguns aspectos das reformas defendidas pelo governo terão impacto negativo no País, sobretudo na vida dos trabalhadores que se encontram em situação precarizada, que possuem menor nível de escolaridade, mulheres e negros.

Este governo, atolado em escândalos, já aprovou a Lei Trabalhista,

GOIANOS VOLTAM ÀS RUAS PARA PROTESTAR PELOS DIREITOS DOS BRASILEIROS

Sindicatos, centrais e sociedade civil se unem para pressionar parlamentares nos seus domicílios eleitorais

pela segunda vez no ano, a União Geral dos Trabalhadores de Goiás (UGT-GO), ao lado de outras centrais sindicais, convocou greve geral em protesto às tentativas do governo de enterrar os direitos dos cidadãos. O objetivo da manifestação, ocorrida em 30 de junho, foi pressionar o Congresso Nacional a ampliar as negociações sobre as reformas.

“Essas medidas prejudicam a classe trabalhadora, são precárias, sub-humanas e vão mexer com a vida de todos os brasileiros”, afirmou o representante da UGT-GO, José Fernandes da Silva.

Sobre a aprovação da reforma trabalhista, o sindicalista declarou: “Infelizmente, a votação foi a favor do governo e contra os trabalhadores. É preciso que a classe trabalhadora anote bem os nomes desses

políticos descompromissados com o povo, para que eles não sejam reeleitos”, concluiu.

Para a UGT-Goiás, a união entre centrais sindicais e movimentos sociais e o fortalecimento das mobilizações são fundamentais para



fragilizar a base do governo no Congresso. “Não vamos ceder e permitir que votem contra a vontade da população brasileira”, afirmou o presidente da UGT-Goiás, Manoel do Bomfim Dias Sales.

O protesto, que começou na Praça Cívica, com caminhada até a Praça do Bandeirante, terminou pacificamente.

Diversos setores aderiram à greve. Entre eles, financeiro, educação, saúde, vigilância e segurança.

UGT-GO SIMULA FUNERAL DE TRABALHADOR SEM APOSENTADORIA



O presidente da UGT-GO, Manoel do Bomfim, buscou passar para a sociedade a ideia de que enterrar a Previdência, como deseja o governo federal, é um fardo muito pesado para a população brasileira

Com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância de se mobilizar contra as reformas trabalhista e previdenciária, a União Geral dos Trabalhadores de Goiás (UGT-GO) simulou o velório de um trabalhador em meio à Praça do Bandeirante, em Goiânia.

O personagem criado era João Brasil, um senhor de 78 anos que trabalhou a vida toda, mas morreu sem se aposentar.

Quem passava pela Praça no dia 27 de junho dava de cara com um caixão que trazia um espelho – ou seja, quem olhava se enxergava ali.

Ao lado do “velório”, havia uma tenda com a frase “Reforma da Previdência e reforma trabalhista: você acha justo?”, um boneco vestido de patrão e outro de trabalhador, além da faixa “Mais poder ao patrão para negociar e tirar direito dos trabalhadores”.

“A ideia foi passar para a sociedade a realidade. Somos nós, trabalhadores brasileiros, que estamos pagando a conta da crise. Infelizmente, estão enterrando a Consolidação das Leis do Trabalho, assim como querem nos enterrar sem aposentadoria”, explicou Manoel do Bomfim Dias Sales, presidente da UGT-GO. ■

O FALSO DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO E A INCOERÊNCIA DIANTE DOS DEVEDORES CONTUMAZES

Audiência pública que antecedeu a apresentação do relatório da CPI da Previdência já apontava que gestão ineficiente é o problema do setor

Realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 14 de setembro, a audiência pública “Devedor contumaz, o grande causador do déficit previdenciário” apontou que o principal problema do setor não é a falta de dinheiro e sim a má administração. “Não é nossa função perseguir empresas, mas, entre os maiores devedores, estão o Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Santander, JBS, entre outras empresas que estão em atividade, têm patrimônios e, mesmo assim, descumprem com sua obrigação”, disse o senador Paulo Paim.

Paim, que preside a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência no Senado, dirigiu a audiência pública, que contou com a presença de Ricardo Patah e Luiz Carlos Motta, respectivamente presidentes da União Geral dos Trabalhadores (UGT) nacional e da estadual São Paulo; além de Natal Leo, presidente do Sindicato Nacional de Aposentados e Pensionistas e Idosos da UGT (Sindiapi/UGT); do deputado federal Arnaldo Faria de Sá; deputada estadual Leci Brandão; sindicalistas, parlamentares, docentes e trabalhadores que ouviram atentos o relato de especialistas que

afirmaram que a Previdência não é deficitária, e sim mal administrada.

“Conforme dados da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estima-se que o Brasil deixa de arrecadar em torno de R\$ 500 bilhões, principalmente na área da Previdência. Essa é uma dívida que, segundo eles, dá para recuperar por volta de 94,1%”, explicou o senador.

Paulo Paim comentou também que existe um impacto dos grandes devedores em relação à promoção da concorrência desleal. “O empresário sério e que cumpre com suas obrigações fica lesado diante do devedor contumaz, o que se agrava quando o governo faz Refis ou dá anistia, pois incentiva as pessoas a não pagarem.”

Segundo Patah, essa é uma situação vergonhosa, impossível de entender, pois, “em vez do governo combater as irregularidades com pulso firme e exemplarmente, ele opta pelo caminho de anistiar os infratores e prefere jogar para as costas do trabalhador a conta por esse rombo”.

“Na questão da reforma trabalhista, passaram o trator e nós



“Conforme dados da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estima-se que o Brasil deixa de arrecadar em torno de R\$ 500 bilhões, principalmente na área da Previdência. Essa é uma dívida que, segundo eles, dá para recuperar por volta de 94,1%”, explicou Paulo Paim



Luiz Carlos Motta e Ricardo Patah, respectivamente presidentes da União Geral dos Trabalhadores (UGT) estadual de São Paulo e da nacional

(movimentos sociais e sindicais) não tivemos a capacidade de capitalizar isso para a sociedade. Muitos trabalhadores foram enganados com o argumento de que a reforma gerará empregos e que um dia do imposto sindical que deixará de ser descontado dará para colocar o pão que estava faltando em sua mesa, ou seja, iludiram o trabalhador. No caso da Previdência, é diferente. A sociedade está atenta e não vamos deixar mexer nos nossos direitos”, disse Ricardo.

O sindicalista lembrou dos motoristas de ônibus, que sofrem com inúmeros tipos de doenças ocupacionais, físicas e psicológicas decorrentes da quantidade de horas que

ficam expostos ao trânsito intenso das grandes cidades, à poluição e, além disso, vivem constantemente sobre a ameaça de retirada de direitos. “A importância e o estresse que a realização de sua atividade promove fazem com que esses trabalhadores e trabalhadoras fiquem à beira da loucura”, explicou Patah.

Durante o evento, diversas sugestões foram apresentadas, mas os dados que constam dos relatórios da CPI da Previdência indicam que o déficit previdenciário não é de arrecadação e sim de administração. “O problema da nossa Previdência é de gestão. É importante que os recursos que lá estão sejam bem geridos”, concluiu Patah. ■

REFORMA DA PREVIDÊNCIA VOLTA A SER DISCUTIDA PELO GOVERNO

“Idade mínima para aposentadoria é injusta”, afirma dr. Rubens Gonçalves Jr., advogado especialista em direito previdenciário, ao comentar que o governo federal, quando propõe essa mudança, não está levando em consideração os fatores regionais que, em muitos casos, são preponderantes na expectativa de vida das pessoas. “Mesmo se pensarmos em uma regra de 60 anos para homens e 58 para mulheres, ainda assim não é razoável para os tempos atuais, porque existem regiões do Brasil em que a expectativa de vida não chega a isso.”

Já no ano 2000, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, mais conhecida como Fundação Seade, alertava que, mesmo na cidade de São Paulo, a expectativa de vida dos moradores de Guaianazes (zona leste) era 12 anos menor se comparada a quem vive em bairros como Jardim Paulista, Consolação e Perdizes – o que não mudou muito nos últimos 17 anos.

Em 2016, segundo dados divulgados pela prefeitura de São Paulo e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quem mora no Alto de Pinheiros, bairro nobre da zona oeste da capital, vive, em média, até 79,67 anos, cerca de 25 anos a mais do que o morador de Cidade Tiradentes, no extremo leste, que não passa de 53,85 anos. “Esses são dados que precisam ser levados em consideração, pois se isso acontece em São Paulo, imagine em outras regiões do País”, disse dr. Rubens.

O advogado ressaltou que o sistema previdenciário brasileiro, que faz parte da seguridade social juntamente com saúde e assistência social, é um conjunto de ações que

Proposta desconsidera desigualdades regionais, ramo de atividade, trabalhos insalubres ou perigosos

tem como objetivo diminuir a desigualdade e promover a segurança do indivíduo e seus familiares em situações de vulnerabilidade ocasionadas por velhice, doença ou desemprego.

“Este não é um instrumento criado para dar lucro, como o governo pretende, e também não é deficitário como ele anunciou. A Seguridade Social é mantida por uma gama de impostos específicos para tal finalidade. Então, é uma verdadeira falácia apresentar para a população um déficit previdenciário baseado somente na arrecadação do empregado e do empregador”, lembrou Rubens.

“Dentro de todo esse montan-

te de arrecadação, existem ainda as brechas que permitem que o governo deixe de pagar benefícios. Por exemplo, se o assegurado contribuiu por 30 anos e está desempregado há mais de dois anos consecutivos, deixou de contribuir para o INSS e veio a falecer, seus dependentes ficam sem receber pensão devido a perda da qualidade de segurado do instituidor do benefício. Outro caso é em relação ao 13º salário, que, anualmente, é descontado para fins previdenciários, mas, no cálculo para aposentadoria, não é contabilizado, ou seja, são situações em que o trabalhador está sendo lesado e o Estado, beneficiado”, explicou dr. Gonçalves.

Segundo o especialista, essas não são situações esporádicas. Elas ocorrem com frequência, mas não são abordadas para que a população compactue com um projeto que penaliza duramente cidadãos que recebem um salário mínimo e deixa como estão as aposentado-



Rubens Gonçalves Jr., advogado especialista em direito previdenciário

rias astronômicas de alguns privilegiados. “É inadmissível que seja aprovado um projeto com idade mínima de aposentadoria que irá penalizar a camada mais pobre da população, aquela que começa a trabalhar com 12, 13 ou 14 anos, pois os jovens que têm condições financeiras melhores só entram no mercado de trabalho por volta dos 25 anos, depois de formados ou com pós-graduação”, esclareceu o advogado.

Dr. Rubens enfatizou também que a reforma da Previdência faz a aposentadoria especial de forma totalmente incoerente, a vigorar com idade mínima, o que, ao seu ver, é um atentado à saúde do trabalhador e à dignidade da pessoa humana. “Imagina uma pessoa que trabalha em minas de carvão, por exemplo, ou em qualquer outra atividade que a legislação diz que o ser humano só pode exercer por 20 anos, por conta do risco à saúde. Bem, se o trabalhador começou nesse emprego aos 25 anos, com 45 precisa parar, mas não poderá se aposentar. O que ele vai fazer? E se essa pessoa adquiriu alguma patologia, como fica?”

“Minha opinião é que a mais justa reforma previdenciária é a manutenção da fórmula 85/95, em que a soma da idade da pessoa com o tempo de contribuição precisa dar 85 anos para mulher e 95 para os homens, o que é uma alternativa ao fator previdenciário, sendo este gradativamente ajustado até alcançar a base de 90/100. Nesta fórmula, a camada da população mais necessitada, que começa a trabalhar bem mais cedo para contribuir com a subsistência da família e que tem expectativa de vida menor, atingirá a pontuação necessária primeiro”, concluiu dr. Rubens Gonçalves Jr. ■

II SEMINÁRIO DA UGT-SP ARTICULA COMBATE ÀS REFORMAS



O encontro, coordenado pelo presidente da UGT-SP, Luiz Carlos Motta, foi prestigiado por mais de 300 sindicalistas

Especialistas debatem os rumos do movimento sindical

A Estadual São Paulo da União Geral dos Trabalhadores (UGT-SP) reuniu diversas entidades filiadas em seu II Seminário, nos dias 24 e 25 de agosto, na Baixada Santista. O evento foi idealizado para traçar estratégias de ação sindical frente à Lei 13.467, da reforma trabalhista.

Na ocasião, decidiu-se também promover manifestações em todo o Estado no combate à lei que tira direitos fundamentais dos trabalhadores e sufoca as entidades sindicais, assim como a reforma previdenciária, em discussão na Câmara dos Deputados, e contra a política neoliberal do presidente Michel Temer, que privilegia o capital em detrimento do trabalho.

Durante o encontro, coordenado pelo presidente da UGT-SP, Luiz Carlos Motta, e prestigiado por mais de 300 sindicalistas, foram ampliadas as discussões sobre as deliberações contidas na “Carta de Tupã”, tiradas em junho, no I Seminário da entida-

de, enquanto especialistas debateram os rumos do movimento sindical neste momento difícil do País.

Para Motta, a UGT-SP está pronta para enfrentar os desafios. “A UGT não vai esmorecer com as ameaças impostas pela reforma trabalhista. Se a hora pede mudanças, vamos, então, nos reinventar, reestruturar nossas entidades onde for preciso, na certeza de que o sindicalismo brasileiro vai sobreviver a esta onda de ataques neoliberais.”

Presente ao evento, Ricardo Patrah, presidente da UGT nacional, explicou que está participando ativamente das discussões com o governo sobre a Medida Provisória que Temer prometeu editar para amenizar efeitos danosos da lei aos trabalhadores. “A UGT atua com as demais centrais para que a Medida especifique uma nova fonte de custeio para as entidades sindicais. Estamos questionando inclusive a constitucionalidade da reforma, que agride os sagrados direitos trabalhistas e as atribuições dos sindicatos.”

Nos dois dias de evento, cinco especialistas ministraram palestras sobre temas diversos, como os impactos da reforma trabalhista nas entidades sindicais e a Medida Provisória. ■

UM DURO GOLPE PARA O POVO BRASILEIRO

Proposta de reforma da Previdência preocupa UGT e expõe maldade que o governo federal pretende fazer contra população mais pobre



Pensionistas e Idosos (Sindiapi-UGT), esse é um ponto fundamental para fortalecer o conceito de transparência na gestão do sistema.

“O argumento do governo federal é que existe um rombo nos cofres da Previdência, mas as informações não estão claras, uma vez que os dados apresentados para esse suposto déficit só levam em consideração a arrecadação feita entre empregadores e empregados, desconsiderando outras fontes de receita como os impostos, que têm a função de sustentar todo o sistema de Previdência Social”, diz Natal.

Para a UGT, deve ser repensada e amplamente debatida, na PEC 287, a diferença de tratamento dado aos beneficiários do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) comparado aos trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), especialmente em relação às regras de transição que foram propostas, às condições de aposentadoria das mulheres, tempo de contribuição, acumulação de benefícios, proteção social para trabalhadores rurais – segurados especiais, aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição e à idade de acesso aos Benefícios de Proteção Social (BPC). ■



Natal Leo, presidente do Sindiapi-UGT

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) vê com temor a condução açodada de uma reforma que atinge fortemente a população brasileira e que está formulada em bases que afrontam dispositivos da Constituição do Brasil, ignoram estudos de entidades e universidades sérias e adotam medidas que protegem os trabalhadores que recebem benefícios mais elevados, como os servidores públicos.

A gestão da Previdência e da Seguridade Social merece uma atenção que não está sendo dada e, assim, desonerações, renúncias de contribuições que devem financiar benefícios, desmandos na gestão de benefícios, de créditos e patrimônio levam a crer que, daqui a pouco, se estará fazendo uma nova reforma.

Antes de impor sacrifícios financeiros e pessoais aos trabalhadores brasileiros, em especial aos mais pobres, que parecem ter sido escolhidos para pagar o ônus das propostas do governo, estas questões devem ser amplamente debatidas com a sociedade brasileira.

A UGT entende que uma reforma da Previdência deve atender à implantação do Orçamento Geral da Seguridade Social e Previdência Social, como definido na Constituição Federal de 1988, assim como à execução do Fundo do Regime Geral da Previdência Social, criado na Lei Complementar 101/2000, em que deve ser travado o debate da Previdência e seu futuro.

Além disso, é preciso criar o Conselho de Gestão Fiscal, com a participação das entidades representativas da sociedade na avaliação permanente da política e operacionalidade de toda a gestão fiscal do Estado e, por fim, é necessário conduzir uma reforma da Previdência feita democraticamente, com diálogo entre trabalhadores, empresários, Congresso e governo.

Isso tudo para apresentar de forma transparente dados da Seguridade Social, dos servidores públicos e metodologias demográficas e dos cálculos atuariais sobre a população brasileira.

Para Natal Leo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados,

TRABALHO ESCRAVO É LIBERADO NO BRASIL

Governo federal troca proteção a trabalhadores em situação de vulnerabilidade por apoio da bancada ruralista para se salvar de denúncia por corrupção

A Portaria nº 1.129 do Ministério do Trabalho, publicada no dia 16 de outubro, no Diário Oficial da União, muda o conceito de trabalho escravo e altera procedimentos de investigação e de divulgação da chamada “lista suja” das empresas que usam esse tipo de mão de obra, enfraquecendo a fiscalização e a punição das mesmas.

“O Brasil, que é referência mundial no combate ao trabalho escravo, não pode, a essa altura do campeonato, enfraquecer suas ações de fiscalização e punição, pois isso é crime contra a dignidade das pessoas”, explica Ricardo Patah, presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que completa: “Quem escraviza não merece perdão”.

Patah ressaltou que, em 1995, o País deu um passo importante na luta contra essa forma de exploração de mão de obra com a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel que, ao longo desses 22 anos, salvou milhares de cidadãos das mais degradantes formas de trabalho.

“Para nós que militamos no movimento sindical e que desenvolvemos ações de promoção do trabalho decente, da dignidade laboral e melhor distribuição de renda, essa Portaria é desumana e uma vergonha para o nosso País, que passa a ser muito mal visto no exterior”, disse Ricardo.

A ação realizada pelo governo Temer teve a finalidade de agradar a bancada ruralista para se salvar da segunda denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República (PGR). No entanto, recebeu uma avalanche de críticas.

O Conselho Federal e o Colé-



gio de Presidentes das Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) publicaram manifesto expressando preocupação com as mudanças nas regras de fiscalização do trabalho em condições análogas à escravidão, tendo como um dos pontos mais alarmantes a divulgação da lista de empregadores autuados, que, segundo a Portaria, passaria a ser facultada ao ministro e não mais ao corpo técnico do Ministério do Trabalho.

Em nota, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alerta que a Portaria nº 1129 pode “interrom-

per a trajetória de sucesso” do Brasil no combate ao trabalho escravo.

Até a União Europeia se manifestou, alertando para a possibilidade de o Brasil sofrer sanções em suas exportações, já que, para o bloco, seria inadmissível comprar produtos oriundos de trabalho escravo.

Como afirmou Ricardo Patah recentemente, é possível que essa Portaria seja revogada, mas o recado foi dado. Este governo virou as costas para a sociedade, não se importa com o bem-estar da população e inverteu os papéis de um Estado de proteção social para um país de proteção unicamente do capital.

Conversa fiada

Para justificar a Portaria que pegou tão mal para o governo federal, Michel Temer mencionou ao site Poder 360 um caso de caracterização de trabalho escravo somente por falta de saboneteira e apoio para toalha.

Contudo, jornalistas identificaram que esta foi uma autuação realizada em 10 de maio de 2011, em um canteiro de obra da Construtora MRV, em Americana, interior de São Paulo, que envolvia 44 autos de infração, entre eles: atraso de salário; muitas pessoas alojadas em uma mesma casa, a ponto de haver trabalhadores dormindo na cozinha; falta de materiais de higiene pessoal e limpeza; condição indigna para um ser humano viver.

STF CONCEDE LIMINAR SUSPENDENDO PORTARIA DO TRABALHO ESCRAVO

Rosa Weber, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu, no dia 24 de outubro, uma decisão liminar (provisória) para suspender a Portaria do Ministério do Trabalho que alterou os critérios de classificação do trabalho escravo.

Esta decisão determina que as regras da Portaria não podem ser aplicadas até que aconteça o julgamento final da ação que contesta as alterações.

Essa ação do STF segue o conceito do que foi publicado por Raquel Dodge, procuradora-geral da República, de que a Portaria tem “vícios de ilegalidade” e é um retrocesso que “fere a dignidade da pessoa humana”. ■

MULHERES SE UNEM CONTRA REFORMA PREVIDENCIÁRIA

O texto proposto pelo governo federal é danoso para toda a sociedade, mas prejudica ainda mais as mulheres e a camada mais pobre da população

nunciar e dialogar com a população sobre os impactos que ocorrerão para as mulheres caso seja aprovada a reforma da Previdência proposta pelo governo Temer.

“As mulheres da União Geral dos Trabalhadores, em nível nacional, e das demais centrais sindicais organizaram essa manifestação para dizer que não vão aceitar nenhuma retirada de direito. Seja direito à aposentadoria, sejam direitos trabalhistas conquistados e garantidos. A Constituição é nosso maior

Em defesa da aposentadoria e por nenhum direito a menos: estes foram os motes da manifestação organizada pelo Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais

e seus sindicatos filiados, no dia 26 de setembro, em frente ao prédio do INSS, no Centro de São Paulo, e também em Brasília.

Com apoio de movimentos sociais, o ato teve como objetivo de-



“Nós defendemos que nosso direito tem que ser garantido em patamar de igualdade, e não de retrocesso. O maior prejuízo para a mulher trabalhadora na reforma da Previdência é a exigência de uma idade maior e de tempo de serviço maior”, Cassia Bufelli

argumento contra qualquer tipo de retrocesso”, disse Cassia Bufelli, secretária adjunta da Mulher da UGT.

Atualmente, é possível se aposentar por tempo de contribuição – mulheres precisam ter 30 anos de contribuição para o INSS, não há idade mínima; homens precisam ter 35 anos de contribuição e também não há idade mínima – ou por idade – mínimo 60 anos para mulheres e 65 para homens, com pelo menos 15 anos de contribuição.

Se aprovada a reforma da Previdência, as mulheres precisarão ter 62 anos de idade e, no mínimo, 25 anos de contribuição para conseguir se aposentar. Os homens deverão ter 65 anos e, no mínimo, 25 de contribuição também.

“Nós defendemos que nosso direito tem que ser garantido em patamar de igualdade, e não de retrocesso. O maior prejuízo para a mulher trabalhadora na reforma da Previdência é a exigência de uma idade maior e de tempo de serviço maior. Quando as regras foram criadas, foi pensado que havia uma diferença entre a mulher e o homem no mercado de trabalho. Hoje, ainda não alcançamos a igualdade, mas querem igualar o acesso à aposentadoria”, explicou Cassia.

Segundo a dirigente sindical, é um absurdo, por exemplo, dizer que vai cortar pensão porque mulher vive mais do que homem: “São argumentos frágeis para tirar direitos conquistados com muita luta. Queremos igualdade no trabalho, na vida, na sociedade e, principalmente, nos ambientes de decisões”.

Também presente à manifestação da capital paulista, Isabel Kausz, secretária da Mulher do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, entidade filiada à UGT, reforçou a luta: “Fizeram uma reforma trabalhista sem levar em conta os trabalhadores. Sem se preocupar, por exemplo, com a mulher grávida trabalhando em local insalubre. Agora, querem fazer uma reforma previdenciária, mais uma vez, sem pensar no cidadão e, principalmente, nas mulheres, porque estas não vão conseguir se aposentar. Não vamos deixar. Estamos unidas para lutar contra o desmonte de direitos”.

Em São Paulo, foi montado um varal na rua com fotos de deputados que votaram a favor da reforma trabalhista. “A ideia é gravarem esses rostos, para que nunca mais recebam votos”, finalizou Cassia. ■

SINDIAPI-ES INAUGURA SUA SEDE EM VITÓRIA

Fortalecimento do Sindicato dos Aposentados da UGT é uma grande conquista para os capixabas



Com sede própria, o SINDIAPI-ES irá melhorar o atendimento a comunidade capixaba

Depois de algum tempo utilizando o espaço da União Geral dos Trabalhadores (UGT), o Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Espírito Santo (Sindiapi-ES) inaugurou sua própria sede para melhor atender a comunidade capixaba.

A inauguração aconteceu no dia 30 de agosto e o prédio fica à Av. Vitória, 1210, Ilha de Santa Maria, em Vitória.

“Em breve, teremos uma procura significativa de nossos sócios em Vitória”, disse o presidente do Sindiapi, Adir Barbosa.

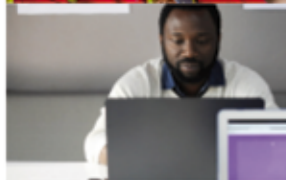
A presença do presidente da UGT Espírito Santo, Ari George Siqueira, e de representantes políticos salientou a importância do Sindicato para a categoria. “Organizados e juntos, conseguiremos grandes conquistas para os aposentados e é graças ao Sindicato que muitos benefícios e ações serão garantidos, seja na justiça ou nas ruas”, falou Ari.

Uma das lutas do Sindiapi é pela “desaposentação”. Em discussão no Superior Tribunal Federal, trata-se da garantia ao direito a uma nova aposentadoria e representa a possibilidade legal para que os aposentados que continuaram trabalhando e contribuindo para a Previdência possam requerer um novo cálculo para o seu benefício.

O Sindicato também buscará outras ações para requerer o poder de compra, fator previdenciário e reajuste para as aposentadorias. ■

DIEESE: Confio e apoio

Unir, resistir e avançar



Tempos difíceis trazem desafios que exigirão dos trabalhadores e das entidades sindicais ousadia, novas ideias, criatividade, capacitação, visão estratégica, táticas de negociação e **MUITA UNIDADE.**

Criado há mais de 60 anos, o DIEESE é um patrimônio dos sindicatos a serviço da classe trabalhadora.

O DIEESE é uma instituição que tem a capacidade técnica para ajudar os trabalhadores e o movimento sindical nesse novo cenário.

Com **UNIÃO**, é possível enfrentar e superar esses novos desafios!

Faça uma contribuição e fortaleça a luta em defesa dos trabalhadores e da organização sindical!

Depósito identificado por CNPJ ou CPF
Banco do Brasil
Agência 3320-0
Conta corrente 6333-9
ou
Boleto bancário
Gerado a partir do site do DIEESE (www.dieese.org.br)

Informações
www.dieese.org.br
0800 77 33 117



UNICOM: INSTRUMENTO DE DEFESA DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO



Entidade nasce num momento em que é preciso enfrentar o conservadorismo exacerbado e o advento tecnológico

A cidade de Encarnacion, no Paraguai, foi palco da assembleia de fundação da Confederação dos Sindicatos do Comércio do Mercosul (UNICOM), que ocorreu em 05 de setembro. A entidade representa uma nova ferramenta de luta sindical pelos direitos dos comerciários e comerciárias que trabalham nas fronteiras do Brasil, Argentina, Uruguai e Chile.

Nessas regiões, são 14 milhões de trabalhadores comerciantes e a Confederação visa constituir um movimento para defender a inte-

gração frente aos projetos de livre comércio que beneficiam apenas as empresas multinacionais.

Presidida por José Luiz Ober-to, a UNICOM é uma parceria entre União Geral dos Trabalhadores (UGT), Federación Argentina de Empleados de Comercio y Servicios (FAECYS) e UNI América.

O evento contou com a presença de Ricardo Patah, presidente nacional da UGT, que, em seu discurso, saudou a iniciativa da criação desta entidade, lembrando que a aprovação da reforma trabalhista brasileira representa o primeiro passo para a retomada mais aprofundada e perversa de medidas neoliberais na América Latina.

“É muito gratificante participar da fundação de uma entidade como a UNICOM, principalmente porque o Brasil, após a aprovação da nova Lei Trabalhista, hoje representa uma linha de retrocessos sociais e, inevitavelmente, por conta

de sua importância comercial, isso fará com que outros países latinos busquem aprovar leis parecidas, tirando direitos trabalhistas e aumentando o lucro dos empregadores”, disse Patah.

O presidente ugetista ressaltou que, além desse enfrentamento ao conservadorismo extremo, a UNICOM nasceu num período em que é preciso pensar nas novas tecnologias como fator preponderante para o aumento do desemprego.

“A inteligência artificial é uma realidade, está presente em nossa sociedade e vem gradativamente dispensando a força de trabalho humana. No Brasil, alguns supermercados estão querendo implantar o autocaixa, em que o próprio consumidor registra suas compras e efetua o pagamento, sem a necessidade de um profissional para realizar essa tarefa. Com isso, milhares de pessoas podem perder seus empregos”, observou Ricardo. ■

OUTUBRO ROSA

UGT promove ações de conscientização contra câncer de mama

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) e o Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, entidade filiada à Central, realizaram, no dia 22 de outubro, a sexta edição da Caminhada Outubro Rosa.

O evento reuniu centenas de participantes que andaram pelas principais ruas do centro da capital paulista e teve como objetivo alertar a sociedade sobre a importância

da prevenção ao câncer de mama.

Isabel Kausz dos Reis, diretora da Secretaria da Mulher do Sindicato dos Comerciantes, destacou a importância do evento também para chamar a atenção do poder público para ampliar o investimento na realização de exames como a mamografia. "Hoje, a fila de espera para fazer uma mamografia aqui em São Paulo pode chegar a quatro meses. Só que um dia para quem está com câncer faz uma diferença tremenda. Imagine quatro meses", afirmou Isabel, que, há cerca de dois anos, trata de um câncer.

"Durante uma campanha de mamografia em um de nossos ambu-

latórios, eu fui ensinar as pessoas a fazer o autoexame e descobri que estava com um nódulo. Por isso temos que conscientizar as pessoas da necessidade de fazer o autoexame, de se cuidar, de tirar um tempo para si. Nós, mulheres, temos mania de cuidar de todo mundo. A gente cuida da família, de filho, a gente trabalha, temos tempo para tudo, menos para nós. Precisamos alertar as mulheres que esse cuidado é fundamental, porque, quando ficamos doentes, toda a família adoce junto", disse Isabel.

Prevenção

Quem também participou da caminhada foi a vereadora paulista Adriana Ramalho (PSDB), que deu um depoimento sobre como o câncer afetou sua família. "A minha avó

faleceu aos 44 anos com câncer de mama. O meu pai, o Ramalho da Construção (deputado estadual), foi diagnosticado com câncer no intestino. Ele chegou a ser desenganado pelo médico. Passou por quatro cirurgias, radioterapia, quimioterapia e, hoje, depois de dez anos, está curado. Quando a doença é diagnosticada no início, pode salvar vidas", declarou a vereadora.

Após os cumprimentos da secretária de Direitos Humanos da cidade de São Paulo, Eloisa Arruda, foi dada largada à caminhada, que teve início na Praça Patriarca, no Viaduto do Chá, seguiu pela Rua Barão de Itapetininga, Avenida Ipiranga, Avenida São Luís, Rua Coronel Xavier de Toledo e retornou ao Viaduto, onde foram sorteados exames de mamografia.



Isabel Kausz dos Reis, diretora da Secretaria da Mulher do Sindicato dos Comerciantes

dos que as mulheres devem ter com sua saúde e definiu a prevenção como uma importante aliada no combate a essa doença: "Recentemente, perdi uma amiga vítima dessa doença devastadora e, por isso, acredito que a prevenção seja o caminho. Precisamos nos proteger do câncer, lutar por nossa saúde. Procure um médico, faça o autoexame".

Na ocasião, foram sorteados diversos brindes, como squeezes, camisetas da Fundação SOBECCan (Hospital do Câncer de Ribeirão Preto), sessões de drenagem linfática e de limpezas de pele, além de um mês grátis de academia.

Amazonas

Em Manaus, a UGT-Amazonas também realizou ações da Campanha Outubro Rosa.

Um dos eventos foi um debate na Praça Helidoro Balbi, no centro histórico de Manaus, com apoio do Rotary Clube, da Nova Central, do Projeto Amigos Solidários, Instituto de Altos Estudos da Central, Inter Digitus, Polícia Militar do Amazonas e Expresso Coroadó.

O tema foi um apelo por mais atenção à política de prevenção ao câncer e maior compromisso dos governos municipal e estadual com a saúde da mulher.

Esse assunto e a conscientização das famílias da importância dos exames preventivos se multiplicaram pelas cidades do interior do Estado ao longo de todo o mês de outubro. ■

Ribeirão Preto

No interior de São Paulo, na cidade de Ribeirão Preto, a atração do Outubro Rosa foi um Aulão de Fit Dance, na Academia Ritmo, promovido, no dia 16, pelo Sincomerciantes.

A academia teve seu espaço todo decorado com balões cor de rosa, com intuito de chamar a atenção das pessoas e lembrar a importância da prevenção do câncer de mama.

O evento foi aberto ao público e contou com a participação de cerca de 50 homens e mulheres de todas as idades, que dançaram sob a liderança do professor Edinho.

Regina Pessoti Zagretti, presidente do Sincomerciantes de Ribeirão Preto e secretária da Mulher da UGT nacional, falou sobre os cuida-

VITÓRIA DOS TRABALHADORES DO PARÁ

Empregados de supermercados terão reajuste salarial de 5%, além de outros benefícios

Empregados do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Varejista e Atacadista de Gêneros Alimentícios e Similares do Estado do Pará (SINTCVAPA) e do Sindicato das Empresas do Comércio de Supermercados e Serviços do Pará receberão reajuste de 5% sobre o piso salarial, retroativo à data-base, que é 1º de março/2017; remuneração de 50% das duas primeiras horas extras e de 60% nas posteriores; pagamento de quadriênio; auxílio funeral de 1,5 salário; ticket-alimentação fixado em R\$ 256,55 mensais.

A decisão foi tomada pela Seção Especializada I, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, no mês de setembro.

Quanto ao funcionamento dos supermercados aos domingos, foi decidido, por unanimidade, que os estabelecimentos abrirão as portas no horário de 7h às 19h, com dois turnos de seis horas. As empresas não poderão utilizar os mesmos trabalhadores da primeira jornada no segundo turno, tendo, portanto, que contratar novos empregados. Já nos feriados trabalhados, as lojas abrirão das 8h às 14h.

Os supermercados não abrirão nos feriados de Ano Novo (1º de janeiro), Terça-Feira de Carnaval, 1º de Maio, Dia do Círio de Nazaré, Dia do Recírio (quando é também comemorado, em Belém e zona metropolitana, o Dia do Comerciário) e Natal (25 de dezembro).

As negociações não foram fá-



Zé Francisco durante negociação com empresários do setor supermercadista

ceis. Do lado dos trabalhadores, estavam Zé Francisco, presidente da União Geral dos Trabalhadores no Pará (UGT-PA) e da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços dos Estados do Pará e Amapá (Fetacom-PA/AP), e o presidente do SINTCVAPA, Antonio Caetano de Souza Filho. Do outro, o presidente do SINDESPA, Fernando Brito, e empresários do setor supermercadista.

Segundo Zé Francisco, houve várias audiências de conciliação e reuniões entre as partes, mas o acordo parecia cada vez mais distante. As negociações se arrastavam desde março deste ano. "Os trabalhadores saíram vitoriosos e o movimento sindical, politicamente fortalecido, com mais credibilidade do que já tinha junto às categorias de trabalhadores no setor de comércio", disse o dirigente.

De acordo com informações prestadas pelo advogado do SINTCVAPA, Mauro Rios, "trata-se de um julgamento emblemático, em que o primeiro debate se deu, inicialmente, quanto à inconstitucionalidade da expressão 'comum acordo', que foi superada pelo TRT, que reconheceu ainda ter havido a anuência expressa do sindicato patronal ao julgamento do dissídio coletivo. Para os trabalhadores, acredita-se que haverá geração de novos postos de trabalho e ninguém ficou prejudicado. Foram mantidos os feriados que a categoria já havia conquistado, os domingos foram devidamente regulamentados e as empresas ainda ficaram obrigadas ao repasse ao sindicato laboral do percentual de 0,5% de sua folha líquida de pagamento, para custear

clínica médica e odontológica, sem nenhuma contrapartida dos trabalhadores".

Rios acrescentou que "este foi o primeiro julgamento ocorrido nos TRTs da Federação depois de todas as alterações decorrentes do decreto presidencial que 'elevou' os supermercados e hipermercados à condição de atividade essencial, tendo sido fundamental a manutenção do trabalho aos domingos e feriados na presente sentença normativa".

"O SINTCVAPA, os demais sindicatos de trabalhadores no comércio de Belém e zona metropolitana, a Fetacom-PA/AP e a própria UGT saíram fortalecidos na defesa dos seus associados. Esta foi uma sessão que servirá de exemplo para casos semelhantes Brasil afora", explicou o advogado.

"A gente conseguiu chegar a um termo que deixa a todos satisfeitos, sobretudo quando o trabalhador não será explorado e ainda haverá geração de novos postos de trabalho", acrescentou Zé Francisco.

De acordo com Antonio Caetano de Souza, presidente do SINTCVAPA, e com José Francisco de Jesus Pantoja Pereira, presidente da Fetacom, os trabalhadores não apenas saíram fortalecidos, como também terão condições de chegar a novas conquistas a partir do próximo ano. Nem Zé Francisco nem Caetano acreditam que os supermercadistas recorrerão da decisão tomada, posto que o maior problema era a questão dos domingos e feriados.

Para o relator do processo, desembargador Vicente Malheiros da Fonseca, este dissídio é pioneiro para a Justiça do Trabalho, pois, desde 2004, com a reforma do Poder Judiciário, só se podia entrar com um pedido de dissídio coletivo com a concordância da outra parte. ■

RESGATAR A DEMOCRACIA É PRECISO

A classe política brasileira ceifou da população a crença por uma sociedade melhor, mais justa e igualitária, contudo somos mais fortes que eles e podemos dar a volta por cima

Anestesiado pela desconfiança aliada à falta de confiança na política nacional, o povo brasileiro continua cabisbaixo, triste e preocupado com o desmando e o tamanho desrespeito aos anseios populares. Nunca se viu tanta rejeição à administração pública de um dirigente nacional – a presidência do Brasil tem sido motivo de descrédito nacional e internacional.

Por causa de grande parte do parlamento brasileiro, o nosso País continua sofrendo nas mãos dos inescrupulosos políticos e empresários. As reformas apresentadas e aprovadas na Câmara Federal e Senado mostram claramente a ditadura do parlamento sincronizado com esse desgoverno antipopular e entreguista, que tem o toma lá dá cá como "convencimento" para os vergonhosos votos de desmonte da esperança do nosso povo.

Hoje, não se tem mais dúvidas de que todos nós fomos vítimas de uma grande armação que culminou com um golpe parlamentar. E mais: os grandes patrocinadores desse golpe perderam a confiança entre si devido à grave crise econômica pela qual passa o País, sem falar da crise moral – esta nem se conta, é amoral mesmo! Infelizmente, a nossa nação não se recompôs do divisionismo que se instalou – e o povo se comporta como torcida de futebol. O nosso País não merece o que estamos vivenciando, esse lamento de dor e constrangimento nacional. É preciso que todos nós tenhamos o significado de nação, independentemente de ideologia, para que

juntos possamos reestabelecer a democracia combatida pelos últimos acontecimentos.

Nós não podemos viver como reféns da classe política. Precisamos, juntos, amarelos, vermelhos, azuis, verdes e todas as cores, dar uma basta nesses desmandos, não importando qual foi a nossa posição no impeachment do governo Dilma. Temos a certeza que a decepção e o arrependimento são os sentimentos mais comuns em sua esmagadora maioria, vítima dessa mentira oficializada pelo desgoverno temeroso.

Não podemos nunca esquecer que o Brasil pertence aos brasileiros. Precisamos resgatar a nossa democracia com eleições Diretas Já, recuperando, assim, a autoestima de um povo ferido e enganado pelos golpistas.

Viva a democracia e viva o povo brasileiro. ■



Ronildo Almeida é presidente da União Geral dos Trabalhadores em Sergipe (UGT-SE) e dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC)

UGT-SP DEFENDE UNIDADE PARA ENFRENTAR REFORMAS



A união da classe trabalhadora é fundamental para superar esse cenário desfavorável para toda a sociedade

A União Geral dos Trabalhadores de São Paulo (UGT-SP) realizou, no dia 26 de setembro, o sexto Encontro de Dirigentes Regionais da Central, desta vez da Regional São Paulo, Grande SP, ABCD e Baixada Santista.

O evento ocorreu no auditório do Siemaco, na capital paulista, e contou com a participação de cerca de 200 pessoas.

O objetivo foi discutir as malhas da reforma da Previdência e definir formas unitárias de enfrentamento às mudanças.

Deste encontro, assim como dos outros cinco realizados no interior de São Paulo, saíram deliberações como a realização de protestos contra a reforma da Previdência,

principalmente nas bases eleitorais e nos gabinetes dos deputados federais e senadores.

Na ocasião, compuseram a mesa de trabalhos: Luiz Carlos Motta, presidente da UGT-SP; Daniela Souza, secretária da Juventude; Amauri Mortágua, vice-presidente; Rogério José Gomes, coordenador da Regional São Paulo e tesoureiro; Roberto Santiago, vice-presidente da UGT nacional; Moacir Pereira, presidente do Siemaco; e Chiquinho dos Condutores, secretário-geral da UGT-SP.

“Graças a cada um de vocês, dirigentes, a UGT-SP é forte e atuante. Estamos todos juntos contra a reforma da Previdência. Começamos pelas ações de enfrentamento nas nossas Regionais, no interior, e agora em São Paulo. A unidade é o que vai nos fazer cada vez mais fortes. Estamos sofrendo com as reformas. Precisamos aumentar a nossa representação no Congresso Nacional e eleger deputados comprometidos com os trabalhadores”, disse o presidente Luiz Carlos Motta. ■



Luiz Carlos Motta, presidente da UGT-SP

REFORMA POLÍTICA: POR QUE OS PARLAMENTARES TÊM MEDO DA MUDANÇA?

"A maioria está legislando em causa própria, como se vivesse distante da realidade cotidiana do povo"



É curioso o modo como os atuais deputados e senadores tratam a apreciação e a votação dos projetos no Congresso Nacional. Quando se trata de propostas para alterar a vida e o futuro de toda a nação, as coisas funcionam às pressas e de modo irresponsável. No entanto, quando se trata de alterar algo que reflete em sua própria vida – digamos sua sobrevivência política, os prazos tornam-se cada vez mais extensos e a atenção é redobrada.

É inquestionável que propostas como a da terceirização e a reforma trabalhista foram aprovadas sem o menor cuidado, fazendo com que

milhões de trabalhadores ficassem vulneráveis a verdadeiros “experimentos da justiça”, uma vez que empresas, sindicatos, procuradores, juristas e, inclusive, o Ministério do Trabalho ainda não sabem como aplicar todas as alterações feitas em nossa legislação. Por outro lado, o projeto da reforma política tem sido analisado, engessado e protelado, pois o que está em jogo são os interesses particulares dos congressistas.

A razão disso tudo? O medo da mudança e a incerteza do que pode acontecer no futuro, principalmente dos “queridinhos dos partidos”, dos envolvidos em escândalos e protagonistas das corrupções que colocam o País no lamaçal da vergonha.

Ocorre que a maioria dos parlamentares está legislando em causa própria, como se vivesse em um mundo particular, distante da realidade cotidiana do povo brasileiro. Eles buscam a sua própria sobrevivência, evitam enfrentar temas que afetam o dia a dia da população, pensando tão somente nas próximas eleições. Não se discute um projeto para o País, que passa por uma reforma política profunda, que facilite a participação popular e transfira maior responsabilidade aos partidos políticos na escolha e permanência de seus membros.

Entre diversas mudanças, sempre defendi o sistema do voto distrital, em que o candidato só pode pedir voto na região onde mora, assim ele não some depois das eleições, ficando sempre e obrigatoriamente perto do eleitor. Desse modo, a participação popular nos mandatos se

faria plena, o eleito seria melhor conhecido, melhor fiscalizado e mais cobrado durante e, principalmente, após as eleições.

Com o voto distrital, o êxito político depende de alianças fortes, permanentes e honestas a serem traçadas com uma comunidade de eleitores de tamanho menor, constante, imutável, fixa, o que torna mais difícil o enganar e o ludibriar – o que é uma qualidade ótima para o eleitor e péssima para o mau político. Justamente o que os políticos atuais querem evitar é ter que prestar, de verdade, contas do que fazem para o seu eleitorado – e um grupo menor de eleitores é mais difícil de ser enganado e manipulado do que o eleitorado de todo o Estado.

Contudo, a verdadeira reforma política poderá ser feita nas próximas eleições, com o voto popular não elegendo os parlamentares envolvidos em corrupção. A justiça pode tardar e talvez não falhar. Mas a justiça que vem do voto é mais rápida e pode corrigir erros do passado que poderão construir um futuro melhor para o País. ■



Roberto Santiago é vice-presidente da UGT nacional

J O R N A D A



17 OBJETIVOS PARA MUDAR O MUNDO

JORNADA 2030 COMPLETA DOIS ANOS

UGT põe em prática e prepara lideranças para implantação dessa agenda no Brasil

Em setembro de 2015, a ONU (Organização das Nações Unidas) tomou uma decisão histórica: alcançar o desenvolvimento sustentável mundial, em suas três dimensões (econômica, social e ambiental), até 2030.

Isso inclui acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares; combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres; assegurar a proteção duradoura do planeta e seus recursos naturais; além de criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais.

Esta iniciativa leva o nome de Agenda 2030. Seu principal mote:

não deixar ninguém para trás. Para alcançá-lo, foram determinados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com 169 metas – e milhões de possibilidades.

Uma vez que a União Geral dos Trabalhadores (UGT) tem como princípio a luta pelos direitos do cidadão não apenas no que se refere a questões trabalhistas, mas também em temas de responsabilidade social, sejam eles relacionados à saúde, segurança, mobilidade, trabalho de-



Gustavo de Pádua é secretário nacional de Juventude e coordenador da Jornada 2030 da UGT

cente, inclusão, igualdade, meio ambiente, entre outros, em agosto de 2016, em parceria com a Secretaria da Juventude e do Observatório do Trabalho Decente, a Central atendeu ao chamado da ONU, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) Brasil, e implementou a Jornada 2030: 17 Objetivos para Mudar o Mundo.

“O sindicalismo cidadão e os ODS podem, combinados, promover grandes transformações no mundo do trabalho e em todas as demais esferas que afetam a vida dos trabalhadores. E a UGT busca, por meio de sua atuação nacional, promover ações concretas para o atingimento e o monitoramento dos objetivos e das metas pretendidas pelas Nações Unidas. A Central não apenas põe em prática, mas também prepara entidades e lideranças sindicais para a implementação desta agenda no Brasil”, explica Ricardo Patah, presidente nacional da Central.

São inúmeras as ferramentas: atuar no âmbito das negociações

“O movimento sindical deve trabalhar para a melhoria das condições de vida das pessoas”
Gustavo de Pádua

coletivas ou por meio da relação com o poder público e outros atores; trabalhar junto à opinião pública por meio do engajamento da sociedade e dos meios de comunicação; mobilizar trabalhadores, sindicalistas, outras lideranças e movimentos para, em unidade, ser a mudança que queremos no Brasil e no mundo.

“Entendemos que o movimento sindical deve trabalhar para a melhoria das condições de vida das pessoas e também se manter atento aos debates internacionais. Isso vai além da discussão sobre salários e está alinhado ao sindicalismo cidadão defendido pela UGT”, diz Gustavo de Pádua, secretário da Juventude e coordenador da Jornada 2030 na UGT.

Hoje, representada por Gustavo, a entidade é a única central sindical a integrar, como representante da sociedade civil, o Conselho Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em parceria com a ONU/OIT (Organização Internacional do Trabalho).

“A Comissão, criada pelo governo, tem como objetivo elaborar um plano de ação para implementação da Agenda 2030; propor estratégias e programas para a implementação dos ODS; elaborar relatórios periódicos e subsídios para discussões sobre o desenvolvimento sustentável em fóruns nacionais e internacionais; identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance dos ODS; e promover a articulação com órgãos e entidades públicas para disseminar e implementar a Agenda 2030 nos níveis estadual e municipal”, explica Gustavo.

“Quanto mais espaços tivermos para promover a Jornada 2030, melhor para todo o País”, complementa Cristina Palmieri, membro da Jornada 2030 e do Comitê de Sustentabilidade da UGT e suplente na Comissão.

AÇÕES

A UGT atua nas mais diversas áreas, sendo um instrumento transformador na busca pelo cumprimento da Jornada 2030.

A Central possui Secretarias como a da Diversidade, da Mulher, Trabalho Decente, Indígena, Meio Ambiente, para Aposentados, Juventude, Acessibilidade, Trabalhadores Rurais, entre outras – todas promotoras de ações que visam atingir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para conhecer cada um e fazer parte dessa rede, acesse <http://jornada2030.com.br>. ■

NOVA LEI TRABALHISTA RETROCEDE EM TERMOS DE DIREITOS

Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente de São Paulo é fundamental para reverter esse quadro

A Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente de São Paulo, criada em 2013, sob coordenação da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, é hoje presidida por Gustavo Garcia, coordenador de Projetos de Trabalho Decente da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Quadrupartite, composta por representantes de trabalhadores, do poder público, de empregadores e representantes da sociedade civil, a Comissão tem por objetivo definir políticas para o Sistema Público de Emprego do Estado de São Paulo, acompanhando e avaliando sua implementação, com o intuito de buscar soluções coletivas para o desemprego e para condições dignas de trabalho.

“A função da Comissão, que já era importante em período de normalidade, neste momento de crise política e altos índices de desemprego, torna-se fundamental para contribuir com a luta que temos pela promoção de postos de trabalho de qualidade, com remunerações justas, condições dignas e que assegurem os direitos trabalhistas dos empregados”, diz Gustavo.

Segundo o ugetista, a aprovação da nova Lei Trabalhista muda drasticamente a relação de trabalho dos brasileiros e retrocede muito em termos de direitos, enfraquecendo as entidades sindicais e dificultando o acesso à Justiça do Trabalho: “O trabalho decente é o inverso do que a nova lei propõe”, define.

“Essa legislação trabalhista foi aprovada às pressas e só favorece os interesses de alguns setores da nossa economia, que terão a seu dispor mão de obra barata, estarão isentos de encargos trabalhistas e livres de processos, abrindo brechas para as mais inusitadas formas de violação. É isso que temos que combater e, por esse motivo, a Comissão Estadual do Emprego e Trabalho Decente de São Paulo se torna tão importante nesse momento”, conclui. ■



Gustavo Garcia é coordenador de Projetos de Trabalho Decente da UGT

ALEMÃO RECOMENDA LUTA, LUTA E LUTA

Em tempos sombrios como o atualmente vivido pelo sindicalismo brasileiro, é sempre alentador ouvir a palavra esperança entre as vozes mais experientes, cuja trajetória de luta se confunde com a história do movimento sindical. A União Geral dos Trabalhadores (UGT), apesar de ser uma central jovem – completou dez anos, tem o privilégio de ter em seu quadro algumas dessas vozes.

“Luta, luta e luta e não esquecer nunca que o trabalhador é um cidadão. Força, luta e esperança”, bradou a voz de Enilson Simões de Moura, o Alemão, que integra o seletor time de vice-presidentes da UGT e é um dos protagonistas do processo de fundação da Central.

Hoje com 67 anos, Alemão iniciou sua carreira em movimentos políticos e sociais no final da década de 1960, em sua cidade natal, Divinópolis, Minas Gerais. No ano de 1973, chegou à região do ABC, em São Paulo, onde participou ativamente das articulações das greves que mudaram a história do sindicalismo brasileiro, ao lado de Lula e outros companheiros.

No final de 1970, desempregado, encontrou por acaso Fernando Henrique Cardoso, outro amigo de militância, que comentara sobre uma vaga na Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo), onde presidiu a associação de funcionários que, em 1986, deu origem ao Sindbast (Sindicato dos Empregados em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo).

Nesse período, contribuiu com a criação de diversas centrais, entre as quais: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Força Sindical e Social Democracia Sindical (SDS).

Ao falar sobre os dez anos da UGT, Alemão destaca alguns dos diferenciais da Central. “Inusitadamen-

O vice-presidente nacional da UGT enfatiza que momentos de crise são oportunidades de superação

te, ao invés de ser aquilo que sempre ocorre no País, o divisionismo, com a UGT, se deu o contrário. Foi a junção de três centrais sindicais mais outros sindicatos importantes que se juntaram à UGT. Um dos grandes acertos foi na escolha do seu presidente. Acho que o Ricardo Patah soube conciliar muitas coisas. Fomos também a única central que se preocupou com os direitos das populações marginalizadas, população de rua, indígenas, sem esquecer do papel principal, que é cuidar do trabalhador na luta de classe. Os sindicatos entenderam que tinham que enxergar o trabalhador enquanto cidadão, merecedor de uma educação pública de qualidade, de uma saúde de qualidade, de uma segurança pública de qualidade, enfim, entenderam que não podíamos ver o trabalhador apenas na relação capital e trabalho.”

“Ainda não obtivemos os resultados de que precisamos, pois estes dependem de uma profunda reforma no Estado brasileiro, que é inoperante, que suga recursos e some com eles. O País vive um caos perigoso que coloca em risco até a própria democracia, em função da bandalheira e da absoluta ineficiência do Estado. Então, resta ainda uma grande luta para o movimento sindical brasileiro, do qual nós fazemos parte”, complementa.

O experiente sindicalista defende que “os sindicatos precisam assumir seu papel de luta pela cidadania e ter a capacidade de mobilizar, organizar e negociar adequadamente em defesa dos trabalhadores”.

Reforma trabalhista, partidos e greve

Ao analisar a reforma trabalhista, Alemão não poupa críticas ao presidente Michel Temer. “Nós tivemos uma falha em todo esse processo. Acho que deveríamos ter insistido mais na nossa atuação junto ao Congresso Nacional. Ficamos esperando por um presidente da República que é um paspalhão, que não teve autoridade para conduzir essas mudanças. Com essa reforma, deixou de existir um equilíbrio entre o capital e o trabalho, que é necessário para que a economia se desenvolva de forma saudável. As mudanças em alguns setores vão se assemelhar quase que ao retorno à escravidão.”

Apesar da desilusão com o partido que ajudou a fundar, o PT, Alemão defende o fortalecimento dos partidos. “Assim como a maioria dos sindicalistas na época, tive um certo entusiasmo em relação ao PT, mas rapidamente percebi que o partido estava descambando para o campo do populismo. A permanência do PT no poder poderia sig-



Enilson Simões de Moura, o Alemão, é vice-presidente da UGT nacional

nificar que o Brasil talvez estivesse hoje na situação da Venezuela, uma situação de caos, miséria e sofrimento da população. Então, saí fora há muito tempo, mas continuei na luta democrática. Hoje, não estou filiado a nenhum partido nem pretendo me filiar, pois não acho que tenha algum que nos represente adequadamente. Mas espero que essa coisa se resolva, pois acredito que os partidos são essenciais à democracia. Hoje, os nossos partidos, tal qual muitos sindicatos, vão como abutres atrás do fundo partidário, que é uma excrescência que deveria acabar para que os partidos se fortalecessem.”

Perguntado sobre seu antigo companheiro nas greves do ABC, o ex-presidente Lula, Alemão disse que há muito tempo não conversa com ele. “Não tenho mais nenhuma conversa com ele. Respeito o que ele fez, uma obra social importante, mas condeno brutalmente a bandalheira e a instituição da corrupção na forma de administrar o País. Sobretudo, a bolsa-empresário que ele criou, dando bilhões e bilhões de reais para empresários enriquecerem e roubarem, como no caso dos irmãos Joesley que foram comprar empresas nos EUA e criar empregos em outros países.”

Diante de um impasse nas negociações trabalhistas, o sindicalista aponta hoje a mesma solução de quando iniciou sua carreira: a greve. O presidente do Sindbast, que representa cerca de 17 mil trabalhadores, explicou de forma simples a paralisação realizada pela categoria no dia 26 de junho. “Nós fizemos 20 anos seguidos de greve e depois fizemos alguns acordos, mas agora estamos voltando à greve porque está difícil fazer acordo com a direção da Ceagesp”, finalizou Alemão. ■

Alemão foi um dos homenageados na sessão solene ocorrida na Assembleia Legislativa de São Paulo, dia 7 de agosto deste ano, para comemorar os dez anos da UGT.

A APOSENTADORIA DO SINDICALISTA QUE DEDICOU MEIO SÉCULO À DEFESA DAS CAUSAS OPERÁRIAS

Em 1965, Cortizo entrou para o movimento sindical e, a partir daí, teve uma vida dividida entre sua família e a luta em defesa da classe trabalhadora



Antonio Maria Thaumaturgo Cortizo

“Neste momento, como soldado que combateu a boa luta, me desligo da UGT, que ajudei a fundar em 2007”, discursou Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo, até então secretário adjunto para Assuntos Jurídicos da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Aos 73, Cortizo dedicou 52 anos de sua vida ao sindicalismo brasileiro. Presidiu a Federação Nacional dos Radialistas (FENARTE) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade (CONTCOP) e foi vice-presidente da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, hoje Confederação Sindical das Américas (CSA). “Vivi

bem o meu papel e não me penitencio, pois sei que honrei a missão a mim confiada”, disse o dirigente.

Desde 1978, Antônio Maria participava da Conferência Internacional do Trabalho da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em Genebra, Suíça, e, como descreveu, “é uma pessoa que viu a queda do muro de Berlim, na Alemanha, acompanhou a invasão soviética no Afeganistão, a Guerra nas Malvinas, a Guerra Fria, o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e viu 10 mil cubanos pedirem asilo na embaixada peruana em Havana”.

“Companheiros, compareço aqui como testemunha de um tempo que não existe mais. Acabaram com o companheirismo, dando azo à subversão de valores. Fala-se em liberdade para matá-la, em democracia para destruí-la e em legalidade para negá-la. As palavras adquirem um sentido oposto ao seu significado e os homens corrompem sentimentos nobres para justificar, na perplexidade das ideias, a política dos porões”, relatou Cortizo.

Emocionado, o dirigente renunciou seu cargo na UGT nacional, se desligou do Conselho Curador do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e do Conselho Regional do SESC (Serviço Social do Comércio) do Distrito Federal, finalizando seu discurso alegando que sua decisão foi tomada para se dedicar a sua família. ■

HOMENAGEM A UM VISIONÁRIO

Há uma década Salim contribuiu para a fundação da UGT. Hoje, o movimento precisa se reinventar tendo como base o sindicalismo cidadão, ético e inovador

Antonio Carlos dos Reis, mais conhecido como Salim, tem 35 anos dedicados ao sindicalismo e dez à União Geral dos Trabalhadores (UGT), tendo sido um de seus idealizadores.

Salim foi presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo – por duas vezes – e da Federação dos Empregados nas Empresas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia do Estado de São Paulo (Federaluz). Foi o único sindicalista das Américas eleito membro do Conselho de Administração da Bolsa de Valores e presidente da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), onde, ao lado de Laerte Teixeira, presidente da CAT (Central Autônoma de Trabalhadores), e de Alemão, então presidente da SDS (Social Democracia Sindical), imaginou unir as três centrais naquela que seria a mais ousada tentativa de aglutinação de entidades sindicais já ocorrida no Brasil.

Vivia-se um momento em que não era mais possível sobreviver o sindicalismo exclusivamente político e muito menos conceber o conservadorismo numa sociedade cada vez mais heterogênea e em constante mudança.

Foram essas as premissas que nortearam a criação da UGT: ser diferente, inovar, protagonizar mudanças, renovar hábitos e leis. “A UGT irá defender muitas bandeiras, a começar pelo crescimento sustentado da economia, passando pela modernização da infraestrutura e o resgate da dívida social, por meio de programas consistentes de saúde, educação, moradia, inclusão social, cultural e econômico”, disse Salim lá em 2007.



Salim é vice-presidente da UGT nacional

Foi dele a sugestão da palavra “união” no nome da central que nascia. “União, além de ser uma palavra-chave para o sindicalismo, representa um vínculo inquebrantável – neste caso, entre pessoas e entidades”, explica o dirigente.

Em julho de 2007, acontece, então, o Congresso de Fundação da UGT, presidida – até hoje – por Ricardo Patah, também presidente do Sindicato dos Comerciantes de SP.

Quando perguntado sobre suas expectativas quando participou da fundação da União Geral dos Trabalhadores e hoje, dez anos depois, Salim declara: “Quando três cidadãos sindicalistas se reuniram para fazer a união de três centrais sindicais, foi uma visão muito avançada de três projetos, para nascer um. Abandonamos muitas de nossas convicções para aceitar a do outro. Nós imaginamos criar uma central sindical de uma maneira diferente, que pudesse dar condições de crescimento. Hoje, o crescimento

da União Geral dos Trabalhadores só prova o quanto aquela visão foi acertada. Hoje, nós estamos passando por um momento de reformulação sindical. O Congresso Nacional fez uma reforma trabalhista e sindical. Eu acredito que os sindicatos realmente comprometidos com o trabalhador e, principalmente, que têm a visão de unidade trabalhista conseguirão sobreviver e renascer muito mais fortes”.

Há dez anos, Salim escreveu um artigo que hoje, em 2017, mantém-se absolutamente atual. “O País vive um momento decisivo. Tem todas as respostas das quais o Planeta precisa para enfrentar as demandas da sobrevivência: a maior reserva hídrica e biodiversidade; biocombustíveis e tecnologia para sua aplicação; terras agricultáveis em abundância e clima propício à agropecuária, consolidando-se como celeiro do mundo; indústria desenvolvida; e imensa capacidade de trabalho. Estes trunfos não podem ser desperdiçados, devendo ser convertidos em desenvolvimento e soberania. Porém, esse processo somente será pleno se contemplar a justiça social e inclusão de todos os brasileiros nos benefícios da economia. É isto que buscará a UGT, colocando os trabalhadores como sujeitos da história e agentes de uma ofensiva efetiva transformação.”

“Para mim, é motivo de orgulho comemorar uma década de uma ideia que, quando surgiu, foi criticada e vista com desconfiança, pois propunha a unificação de correntes com pensamentos distintos, transformando diferenças em unidade de ação em defesa dos trabalhadores. Hoje, somos uma realidade. Somos uma das maiores centrais sindicais do País.” ■

Salim foi um dos homenageados na sessão solene ocorrida na Assembleia Legislativa de São Paulo, dia 7 de agosto deste ano, para comemorar os dez anos da UGT.

UGT CONQUISTOU CREDIBILIDADE NESTES DEZ ANOS

Para Laerte Teixeira, vice-presidente da Central e articulista do UGT Press, a corrupção endêmica é o que dificulta a superação da crise

Uma central que tem credibilidade. Na opinião do vice-presidente e um dos fundadores da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Laerte Teixeira da Costa, essa é uma das principais conquistas da Central nesses seus dez anos de existência.

Laerte atribui a credibilidade ao pluralismo que marcou sua fundação. “O primeiro grande acerto foi a ideia da unificação das centrais, passando pelo desprezo aos radicalismos tanto de direita como de esquerda. Ela apareceu como uma organização de centro, que sempre procurou ter uma posição mais lúcida. O que foi bem a feição do presidente (Ricardo Patah), um homem conciliador e que evitou os radicalismos. Daí adveio uma credibilidade que a UGT tem, que é impar no movimento sindical.”

Laerte foi um dos articuladores da fundação da Central. À época, presidia a Central Autônoma de Trabalhadores (CAT), uma das três centrais a participar do processo de unificação.

Atualmente com 72 anos de idade, o dirigente lembra que começou muito cedo sua militância sindical, na cidade de São José do Rio Preto, interior paulista. Passou pelos Sindicatos dos Bancários e Comerciantes. Trabalhou com Paulo Fernandes Lucânia - 1940/2007, presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo-Fecesp. Hoje, Laerte é presidente do Sindinorte (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Vestuário), em São José do Rio Preto.

Economista, advogado, contador e, por quase 20 anos, vereador, adquiriu, ao longo de sua trajetória

sindical, uma ampla experiência internacional, ocupando hoje a diretoria de Políticas Sociais da CSA (Confederação Sindical das Américas).

“Para uma economia global, só um sindicalismo global”, afirma o dirigente, para quem a globalização econômica levou à necessidade de uma maior troca de informações. “O chamado secretariado internacional está avançado. Uma multinacional atua no Brasil e em outros tantos países.”

Laerte Teixeira também é o responsável pelo boletim eletrônico UGT Press, uma das mais respeitadas publicações do meio sindical, que motivou, inclusive, a publicação do livro “Visão do Mundo Sindical sobre o Brasil”, uma coletânea de textos publicados no informativo. “Quando começamos, ele era distribuído para cerca de 600 pessoas. Hoje, enviamos para mais de 10 mil endereços eletrônicos. É um patrimônio da UGT”, orgulha-se Laerte.

Ao analisar a atual conjuntura e os desafios que se apresentam para



Laerte Teixeira é vice-presidente da UGT nacional

o mundo sindical, Laerte Teixeira se considera otimista. “Acho que temos gente preparada. Tivemos um sindicalismo que se acomodou pela circunstância de sua organização. Mas, agora, vamos ter que aprender a buscar novas soluções. Vamos encontrar o caminho. Há uma espécie de ponto de inflexão, que mostra o futuro como uma coisa ainda a ser escrita. E as pessoas estão com medo, mas eu sou daqueles otimistas, não tenho medo desse futuro e acredito que vamos aprender a enfrentá-lo. Acho que a UGT vai se adaptar plenamente a esses novos tempos.”

Para Laerte, não é privilégio do Brasil estar nessa situação “desgraçadamente ruim. O mundo todo está com problema. Os EUA estão com problemas. É a democracia mais sólida e elegeu o Donald Trump. Na Rússia, tem o Vladimir Putin, um autocrata; na Turquia, tem o Recep Tayyip Erdoğan. São situações no mundo todo. O desemprego não é só decorrência da crise econômica. É também decorrência das inovações tecnológicas, da multiplicação dos perfis de produção, então existe muita coisa. A OIT está estudando bem isso. E nós, como central sindical, temos que nos preocupar como será o mercado de trabalho no futuro. O que é mais difícil no Brasil é que o País está sofrendo um processo de corrupção endêmica em que há uma promiscuidade entre os três poderes. Esse é o diferencial brasileiro que vai nos dificultar sair da crise com maior rapidez. Hoje, no Brasil, do presidente da República ao prefeito de uma pequena cidade, nós temos muita desconfiança”. ■

Laerte Teixeira é a voz da UGT na CSA. Ele foi homenageado na sessão solene ocorrida na Assembleia Legislativa de São Paulo, dia 7 de agosto deste ano, para comemorar os dez anos da UGT.

A CADEIA GLOBAL DE VALORES E O MAIS PERVERSO LADO DO CAPITALISMO

O impacto das multinacionais no mercado laboral, na economia das regiões onde elas se instalam e a promoção do conceito de trabalho decente

“**M**ultinacionais, também conhecidas como transnacionais, são empresas que possuem matriz num país e atuação em diversas regiões do planeta. Geralmente, são grandes empresas que buscam mercado consumidor, energia, matéria-prima e mão de obra baratas” – essa é a definição de multinacionais dada pelo site www.suapesquisa.com.br.

Esse modelo de negócio expõe o mais perverso lado do capitalismo, pois, com o discurso da geração de emprego, do desenvolvimento econômico das regiões e melhoria na distribuição de renda para as pessoas, esconde casos de abusos de poder, evasão de divisa, sonegação fiscal, trabalho análogo à escravidão, entre outros problemas que afetam negativamente as sociedades onde essas empresas estão instaladas.

As multinacionais fazem parte de uma rede de poder corporativo mundial, quando grandes empresas passam a comprar umas às outras, dando origem a companhias cada vez maiores. São conglomerados capazes de controlar de forma organizada toda uma cadeia produtiva, gerando um grande poder econômico, político e cultural.

Essa cadeia de produção torna-se extremamente danosa para a sociedade, uma vez que esses conglomerados detêm poderes econômico, por meio de um fluxo de recursos que pode chegar a ser maior que o PIB (Produto Interno Bruto) de inúmeros países; político, com a apropriação de grande parte dos

aparelhos de Estado; e cultural, pelo fato dos veículos de comunicação de massa criarem, por meio de pesadas campanhas publicitárias, uma cultura de consumo e dinâmicas comportamentais que interessam unicamente a essas empresas.

A Curva Sorridente (**gráfico**), que mede a importância adicionada ao longo da cadeia global de valores, mostra a diferença do que é agregado desde o processo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, passando pela produção, marketing e entrega do produto. Dos anos 1970 até 2000, período que sofreu forte influência do neoliberalismo, essa curva tornou-se mais acentuada, o que representa aumento da desigualdade em todo o processo.

Na prática

Exemplo disso é o caso Zara, que, com mais de mil lojas em todo o mundo, é uma das principais companhias internacionais de moda e, em 2011, foi flagrada utilizando mão de obra análoga à escravidão.

Na ocasião, a investigação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE/SP) constatou que, para cada blusa ou vestido feito, o dono da oficina recebia R\$ 7. Os costureiros recebiam, em média, R\$ 2 por peça costurada e a loja vendia por R\$ 139. Contudo, os cadernos mostraram alguns dos salários recebidos pelos empregados, que variavam de R\$ 274 a R\$ 460,



valor bem menor que o salário mínimo da época, que era de R\$ 545.

O caso Zara mobilizou a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e o Sindicato dos Comerciantes de São Paulo que, numa ação conjunta com diversas entidades sindicais e movimentos sociais, conquistaram avanços na tentativa de coibir esse crime contra a classe trabalhadora.



Entre eles: a criação, em 2012, de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), na Assembleia Legislativa, para apurar a exploração do trabalho escravo em São Paulo; a assinatura do governador Geraldo Alckmin, em 2013, de projeto que endurecia o combate ao trabalho escravo e previa a cassação no cadastro de contribuintes do ICMS; e

uma reunião com a Zara, em 2015, em Madri, para solucionar os problemas.

Nessa mesma linha de ação, a UGT protagonizou outros embates contra empresas multinacionais, tais como: Campanha Nacional Jogue Limpo, que abordou empresas de equipamentos esportivos e antecedeu a realização da Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016; Walmart; Carrefour; McDonalds; e Nissan.

Praticamente em todas as empresas, os problemas tinham a ver com jornada excessiva, assédio moral, desvio de função e não cumpri-

mento de acordos coletivos, com exceção da Nissan – nesse caso, em parceria com o United Auto Workers (UAW), sindicato que representa os trabalhadores do setor automobilístico norte-americano, a UGT promoveu ações para combater as práticas antissindicais da multinacional em Canton, Mississippi, onde há relatos de trabalhadores que são obrigados a usar fralda geriátrica para não parar a produção nem para usar o banheiro.

Como controlar o poder empresarial

Esse é o poder das multinacionais, sob o falso argumento de geração de emprego, que precisa ser enfrentado. Por isso, a Confederação Sindical das Américas (CSA) está organizando um trabalho chamado “Controlar o poder empresarial nas cadeias globais de valores”.

Com o objetivo de fortalecer as ações sindicais diante das cadeias globais de produção, a CSA está fazendo um diagnóstico com informações de 14 centrais sindicais de cinco países: Argentina, Brasil, Costa Rica, El Salvador e República Dominicana.

A CSA desenvolveu um curso online para melhor orientar os dirigentes sindicais em relação a esse tema e iniciou um projeto que terminará em 2019, tendo como meta contribuir para a promoção do trabalho decente nas multinacionais das Américas.

Destá forma, o movimento sindical está se articulando para enfrentar esses conglomerados, apesar de todos saberem que não é uma ação fácil, haja vista a aprovação da nova Lei Trabalhista brasileira, feita para agradar representantes de grandes empresas multinacionais que, entre todos os pontos que almejavam, tiveram a contemplação do enfraquecimento do sindicalismo no Brasil.

Apesar desse desafio, as entidades sindicais não baixaram a guarda e estão se reestruturando para ampliar a luta em defesa da classe trabalhadora. ■



SINDICALISTAS DE TODO O BRASIL SE REÚNEM NA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA DA EXECUTIVA NACIONAL DA UGT

Evento teve como foco a preparação dos dirigentes sindicais para a nova legislação trabalhista

Líderes ugetistas de diferentes Estados da federação e dirigentes sindicais das mais diversas categorias profissionais estiveram reunidos na cidade de São Paulo, em 23 de agosto, para a realização da 26ª Reunião Plenária da Executiva Nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

O encontro, que aconteceu no Hotel Jaraguá, teve como foco a discussão sobre as mudanças abruptas e radicais promovidas pela aprovação e sanção da reforma trabalhista.

Compuseram a mesa de abertura do evento Ricardo Patah, Antonio Carlos dos Reis (Salim), Laerte Teixeira da Costa e José Roberto Santiago Gomes, respectivamente presidente e vice-presidentes ugetistas; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, secretário Geral; Francisco Pereira de Sousa Filho (Chiquinho), secretário de Organização e Políticas Sindicais; Lourenço Ferreira do Prado, secretário de Relações Internacionais; Miguel Salaberry Filho, secretário de Relações Institucionais; Valdir Vicente de Barros, secretário de Políticas Públicas e Assuntos dos Migrantes; Rumiko Tanaka, secretária da Criança e do Adolescente; Luiz Carlos Silva de Oliveira, secretário do Servidor Público; Ana Cristina dos Santos Duarte, secretária para Assuntos da Diversidade Humana; Luiz Carlos Motta, presidente da UGT-SP; Eleuza de Cássia Bufelli Macari, secretária adjunta da Mulher; e Fernanda Maria Sampaio, conselheira.

“O Brasil está vivendo um mo-



mento atípico em relação ao número de pessoas desempregadas. A economia, que, nos últimos anos, caiu mais de 10%, vem corroendo a riqueza do País. A crise política não acaba e o mais grave: a reforma trabalhista ora sancionada”, explicou Ricardo Patah na abertura da reunião.

O presidente ugetista ressaltou que, em relação à tramitação da reforma trabalhista, as centrais sindicais, em especial a UGT, tiveram uma participação fundamental, mas ainda não conseguiram fazer nenhum tipo de alteração. “O trator passou e a flexibilização foi muito intensa. Fomos inúmeras vezes a Brasília, conversamos com deputados, senadores e com o presidente, fizemos mobilizações, manifestações. A partir de novembro, a lei entra em vigor e não adianta chorar

o leite derramado. Precisamos nos posicionar diante da realidade para saber o que fazer.”

Segundo Ricardo Patah, a reunião foi importante para que os sindicalistas pudessem se preparar, em suas estruturas, para enfrentar os desafios que a nova legislação impõe a todo o movimento sindical.

“Estamos discutindo há um tempo com o governo federal a construção de uma Medida Provisória para correção de alguns pontos da nova Lei Trabalhista. Eu ainda acredito que ela irá sair, com temas que nós colocamos, como o custeio, a homologação, a eleição do representante dos trabalhadores em local de trabalho, a gestante ou lactante trabalhar em local insalubre, trabalho intermitente, a terceirização, o acordo negociado

tra argumentação, Ricardo Fraga, desembargador do Tribunal Superior do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Fraga ressaltou que, mesmo antes de entrar em vigor, em novembro, a nova Lei Trabalhista gera inúmeras dúvidas. “Eu já vejo controvérsias, pois ela gera novas confusões e amplia as que já existiam. Por exemplo, quem garante que as empresas irão adotar o sistema de quitação anual das obrigações trabalhistas?”

O desembargador também citou a fiscalização e a aplicação de multas pesadas para empresas que não assinarem a carteira sem um critério específico. “Como vai funcionar isso? A escolha é do fiscal? Por sorteio ou simpatia? Isso pode não ocasionar a corrupção, mas causará desconfiança de corrupção, pois como o fiscal vai explicar que não multou uma empresa que tem dez trabalhadores sem carteira, mas autuou aquela que tem um empregado não registrado?”

Outro ponto abordado por Fraga foi a questão das mulheres grávidas trabalharem em local insalubre: “Como um juiz do Trabalho vai saber se um local insalubre não faz mal para aquela mulher grávida? Isso é piada! Futuramente, poderemos ter um trabalhador homem e uma mulher não gestante recebendo adicional de insalubridade e uma gestante sem receber o benefício porque, se um médico disser que o trabalho insalubre não faz mal para aquela grávida, o empregador não precisará pagar o adicional”.

Em contrapartida, em sua palestra, Hélio Zylberstajn enfatizou que a nova legislação abre a possibilidade de construir um espaço para o trabalhador expressar seu desejo com segurança. “Essa lei traz grandes inovações que buscam tirar do Estado o papel de mediador dos conflitos trabalhistas para contemplar a negociação entre as partes interessadas.”

Em relação ao custeio do movi-

mento sindical, Hélio afirmou que, no Brasil, existe um grande dilema, pois “não se pode impor que o trabalhador contribua com uma entidade sem sua vontade, como estava ocorrendo no caso do imposto sindical. Contudo, os sindicatos prestam um serviço de natureza coletiva, já que, quando é conquistado algum benefício, todos os trabalhadores desfrutam dessa conquista. Se você não obrigar a pessoa a pagar de alguma forma, muitos vão querer pegar carona. Então, este é o desafio: de um lado, temos o desejo individual e, de outro, o interesse coletivo. Como conciliar isso?”.

Segundo o professor, “os sindicatos fortes e representativos são parte fundamental da democracia para buscar o equilíbrio do poder na sociedade, mas essa incompatibilidade (decisão pessoal frente ao interesse coletivo) precisa ser levada em consideração pelo tipo de serviço que os sindicatos prestam”.

“É como se você morasse numa rua iluminada, em que todos os transeuntes desfrutam da iluminação sem precisar comprá-la como serviço individual. A função dos sindicatos é parecida. Como cobrar das pessoas pelo serviço de iluminação? Por isso defendo que em cada empresa seja criado um mecanismo para que o trabalhador manifeste se quer ou não pagar. Se, naquela empresa, 50% mais um decidirem que querem pagar, todos pagam. Com isso, respeitamos a decisão individual do cidadão e fazemos prevalecer o interesse coletivo”, analisou Hélio.

Apesar das opiniões distintas, o professor e o desembargador concordam em um ponto: a reforma não tem e nunca teve o objetivo de gerar empregos e sim de diminuir os custos de contratação e enfraquecer a Justiça do Trabalho. “Essa lei pode, eventualmente, gerar emprego, mas não é esse o objetivo”, concluiu Hélio Zylberstajn. ■

sobre o legislado”, explicou o sindicalista.

Ricardo Patah encerrou seu discurso dizendo que, se sair a Medida Provisória, ela não abordará a questão do custeio sindical como compulsória, pois a maior intenção da reforma trabalhista é enfraquecer o movimento sindical, que, no Brasil, é forte (em torno de 19,5% de sindicalização enquanto, no mundo, esse número gira em torno de 7%).

Palestras

A 26ª Reunião Plenária da Executiva Nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT) promoveu palestras sobre a reforma trabalhista sob diferentes perspectivas.

De um lado, o professor sênior do Departamento de Economia da FEA/USP, Hélio Zylberstajn. Com ou-

FETRACOOOP INAUGURA SEDE PRÓPRIA EM CURITIBA

Entidade filiada à UGT e que representa mais de 70 mil trabalhadores no Paraná é referência nacional em sindicalismo cidadão, ético e inovador

A Fetrapcoop (Federação dos Trabalhadores em Cooperativas do Estado do Paraná), entidade filiada à UGT (União Geral dos Trabalhadores), inaugurou sua sede própria, em Curitiba, no dia 21 de agosto.

Não faltaram elogios ao trabalho desenvolvido pela Federação e seus seis sindicatos filiados, numa solenidade marcada pela presença de personalidades do mundo sindical, político e da sociedade civil or-

ganizada, dentre eles: o governador do Paraná, Beto Richa; o presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, acompanhado do vice-presidente Enilson Simões de Moura, o Alemão, e do secretário nacional de Relações Institucionais da UGT, Miguel Salaberry Filho; o presidente da UGT-Paraná, Paulo Rossi; o vice-prefeito de Curitiba, Eduardo Pimentel; o superintendente da Superintendência do Ministério do Trabalho no Paraná, Paulo Kroneis, representando

o Ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira; os secretários de Estado do Paraná Carlos Massa Ratinho Junior (Desenvolvimento Urbano) e Norberto Ortigara (Agricultura e Abastecimento); o presidente da Sanepar, Mounir Chaowiche; o presidente da Fundacentro no Paraná, Marco Aurélio de Miranda Carvalho; e o deputado estadual André Bueno (PSDB).

“A Fetrapcoop representa hoje mais de 70 mil trabalhadores em cooperativas no Estado do Paraná. São milhares de cidadãos que contribuem para o crescimento do agronegócio cooperativado. Sem esses cooperários e cooperárias, não haveria cooperativas; sem cooperativas, não haveria um Estado

com tamanha produção agropecuária como o Paraná. Representar esses trabalhadores é uma grande responsabilidade para todos os sindicatos filiados à Federação, pois, para nós, dirigentes sindicais, cada um desses números é uma vida, um trabalhador, uma trabalhadora que merece todo nosso respeito, principalmente por crerem na entidade sindical como sua maior aliada na conquista por melhores salários e condições de trabalho. Saudamos cada um desses cooperários e cooperárias que fazem parte da Fetrapcoop”, falou, emocionado, o presidente da Federação, Clair Spanhol.

A vocação paranaense para o agronegócio foi lembrada pelo go-

vernador Beto Richa, destacando que os sindicatos filiados à Fetrapcoop são o elo que fortalece toda cadeia produtiva do Estado. “A Fetrapcoop mostra, com sua sede própria em Curitiba, o quanto é importante a integração entre os trabalhadores e suas entidades representativas”, disse Richa.

Por sua vez, o presidente nacional da UGT, Ricardo Patah, lembrou da essência sindical da Central, citando a Fetrapcoop como um dos grandes exemplos do empenho das entidades sindicais na organização e representação da classe trabalhadora: “Ao inaugurar sua sede própria, a Fetrapcoop evidencia o quanto os trabalhadores celetistas em cooperativas do Paraná podem contar com seus sindicatos e uma Federação de fato comprometidos com as lutas dos trabalhadores. A UGT fica engrandecida ao ter em seu quadro de entidades filiadas a Fetrapcoop e seus sindicatos, praticando na essência um sindicalismo cidadão, ético e inovador”.

O presidente do Sintracoosul, Joel Martins Ribeiro, falou em nome dos sindicatos filiados à Federação: “A aquisição dessa sede própria da Fetrapcoop é o resultado do empenho e da dedicação de dirigentes

sindicais comprometidos com a classe trabalhadora, em especial os cooperários e cooperárias paranaenses. Tenho certeza de que a Federação é referência no Estado e no País, por suas lutas e suas conquistas. E, agora, com essa sede, os sindicatos filiados têm um grande ponto de apoio na capital paranaense”.

“Ao companheiro Clair Spanhol e a todos os sindicatos filiados à Fetrapcoop, a UGT-Paraná reforça o compromisso de união e de conquistas. Mesmo num tempo em que muitas forças tentam desacreditar o movimento sindical, a Fetrapcoop dá mostras do quanto é possível realizar com esforço, dedicação e honradez”, destacou o presidente da Central no Paraná, Paulo Rossi.

Além da inauguração da sede, a Fetrapcoop prestou homenagem ao secretário nacional de Relações Institucionais da UGT, Miguel Salaberry Filho, dando seu nome à sala de reuniões da Federação. “Sinto-me imensamente honrado com essa homenagem, principalmente por ter acompanhado os esforços de todos esses aguerridos companheiros desde a criação da Federação. Essa é uma história de lutas, de conquistas e, acima de tudo, de perseverança”, falou Salaberry. ■



A placa inaugural foi descerrada pelo governador Beto Richa, Clair Spanhol e dirigentes da Fetrapcoop

“A Fetrapcoop mostra, com sua sede própria em Curitiba, o quanto é importante a integração entre os trabalhadores e suas entidades representativas”, disse Beto Richa



Clair Spanhol, presidente da Fetrapcoop, lembrou dos 20 anos de lutas da Federação

UGT-RJ E ENTIDADES FILIADAS DISCUTEM OS EFEITOS DA NOVA LEGISLAÇÃO

Lei é muito danosa para a classe trabalhadora e obrigará as entidades sindicais a se reinventar para enfrentar as mudanças

Sancionada pelo presidente Michel Temer no dia 13 de julho deste ano, a Lei 13.467/2017, ou Lei da Reforma Trabalhista, como é popularmente conhecida, altera pontos fundamentais da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), representando perdas para os trabalhadores. A Lei entrará em vigor no dia 11 de novembro. Enquanto isso, lideranças sindicais de todo o País discutem propostas de alterações na nova legislação para minimizar seus efeitos.

No Rio de Janeiro, a União Geral dos Trabalhadores (UGT-RJ) e sindicatos filiados têm se movimentado neste sentido, realizando encontros com trabalhadores e especialistas nas áreas trabalhista e sindical. A ideia é ampliar o entendimento de trabalhadores e lideranças acerca das mudanças em curso, bem como sobre a forma como se dará a relação patrão versus empregado, buscando, ainda, maior conscientização acerca da importância da atuação das entidades de representação dos trabalhadores nesse processo.

A importância da unidade

Ao comentar os reflexos da reforma no dia a dia do trabalhador brasileiro, entre eles a previsível elevação dos índices de desemprego, o presidente da UGT-RJ, Nilson Duarte Costa, reforçou a importância da unidade de todas as lideranças neste momento em que a atuação



Na plenária nacional, o presidente da UGT-RJ, Nilson Duarte Costa, apresenta a Carta do Rio

do movimento sindical também está sob fortes ameaças.

“Para benefício da classe empresarial e segmentos políticos, querem escravizar a classe trabalhadora e isso se dará, por exemplo, com o enfraquecimento das entidades sindicais, representantes legais dos trabalhadores com poder de negociação com os empregadores. Nunca existiu possibilidade de negociação direta entre patrões e empregados, como a nova legislação prega. Aliás, não fosse o movimento sindical, essa relação seria de exclusiva submissão”, destaca o presidente Nilson, chamando a atenção para os mecanismos utilizados pelo governo para o enfraquecimento do movimento sindical, como tornar facultativa a cobrança do imposto sindical.

Para o presidente do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas, Filantrópicas e Organizações não Governamentais do Estado do Rio de Janeiro (SindFilantrópicas), Sergio Antonio do Carmo (Serjão), a precarização do trabalho é o principal foco de toda essa discussão. “O desmonte dos direitos trabalhistas significa a precarização do trabalho. Sem emprego, o trabalhador vai buscar outras formas de se sustentar, sua mão

de obra é desvalorizada frente à concorrência desleal, levando-o a aceitar salários abaixo de seu real valor de mercado”, lamenta o sindicalista, anunciando o lançamento, pelo sindicato, da “Cartilha do Trabalhador – Os Efeitos da Reforma Trabalhista”, com as principais mudanças da Lei.

A reforma também foi tema de recente palestra proferida pelo advogado especialista nas áreas trabalhista e sindical, Silvio Lessa, na sede da UGT-RJ, a convite da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado do Rio (Fetherj).

Secretário jurídico da UGT-RJ e presidente do Sindicato dos Empregados em Casas de Diversões (Sindicovi Rio), Claudio Rocha lembra que, apesar de sancionada pelo presidente Temer, a Lei ainda pode sofrer alterações a partir da publicação da Medida Provisória do Senado.

Rocha conclui citando pontos cruciais da reforma trabalhista, como a possibilidade de trabalho de gestantes e lactantes em ambientes insalubres e a substituição dos sindicatos por comissões de representantes de empregados. Para ele, questões que precisam ser revistas para a minimização dos nefastos efeitos da reforma governista. ■

STIAL/AL PROMOVE DEBATE SOBRE REFORMA TRABALHISTA



Jackson de Lima Neto ladeado pelos advogados Minervino Ataíde e Raul Júnior

Conhecer e discutir os impactos que as mudanças na Lei Trabalhista terão no dia a dia da população é importante para poder superar esse momento

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar no Estado de Alagoas (STIAL/AL) promoveu um amplo debate sobre a reforma trabalhista no auditório de sua sede, em Maceió. Na oportunidade, o professor universitário e especialista em Direito do Trabalho Raul Júnior fez menções do que será prejudicial para a classe trabalhadora.

Quem também tirou dúvidas da categoria e pôde explanar as preocupações para os delegados das usinas foi o advogado do STIAL/AL,

Minervino Ataíde. Foi destacada a importância, cada vez maior, de um sindicato atuante.

O professor Raul Júnior parabenizou a unidade dos trabalhadores da indústria do açúcar e disse que só “essa consciência coletiva fará com que os profissionais não percam suas conquistas”.

“Os sindicatos cartoriais, que são maioria no Brasil, perderão suas funções em breve. Sobreviverão aqueles que tiverem sua categoria politizada e com completo entendimento de que, juntos, são fortes”, opinou o docente.

Jackson de Lima Neto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar no Estado de Alagoas e presidente da União Geral de Trabalhadores em Alagoas (UGT-AL), destacou a importância



O debate aconteceu no auditório da sede da entidade, em Maceió

desse tipo de atividade para os sindicalizados, os delegados e demais membros da categoria.

“Manter a base informada, sabedora dos seus direitos e deveres, é uma das formas de politização e avanço. A vinda do professor Raul foi excelente, em parceria com Minervino. Enquanto existirem dúvidas, vamos continuar realizando esse tipo de atividade. É tudo muito novo e temos que nos aprofundar na temática da reforma trabalhista”, finalizou Jackson. ■

EMPOSSADA A NOVA DIRETORIA DO SINCOMAR



Comerciários de Maringá realizam eleições de olho na nova Lei Trabalhista

Os comerciários de Maringá e região reelegeram Leocides Fornazza à presidência do SINCOMAR (Sindicato dos Comerciários de Maringá).

A posse para o quadriênio 2017/2021 ocorreu no dia 19 de agosto e contou com a presença do presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado do Paraná (FECEP) e vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Vicente da Silva; o presidente do Sindicato dos Comerciários de Belo Horizonte e diretor da União Geral dos Trabalhadores (UGT) nacional, José Cloves Rodrigues; o diretor do Sindicato dos Comerciários de Belo Horizonte, Everton Ferreira Ataíde; e o diretor do Sindicato dos Comerciários de São Paulo e da UGT nacional, Avelino Garcia Filho.

Em seu pronunciamento, Vicente da Silva disse que o sindicalismo brasileiro vive hoje o seu pior momento, porém, manifestou otimismo, lembrando que este não é o primeiro desafio que os dirigentes sindicais enfrentam. "O sindicalismo sempre venceu dificuldades e não será desta vez que deixaremos de dar a volta por cima", disse, advertindo, no entanto, que os sindicatos

terão que se reinventar e partir para um trabalho ainda mais intenso de interação com os seus representantes, "porque, para serem fortes, os trabalhadores precisam, mais do que nunca, de sindicatos fortes".

O SINCOMAR é, para Vicente da Silva, uma trincheira importante dos comerciários do Paraná na luta pela manutenção dos direitos que a reforma trabalhista tira de todos os trabalhadores.

Na mesma linha de críticas à reforma trabalhista, mas de otimismo com relação à força que os trabalhadores unidos possuem, manifestaram-se José Cloves, Avelino Garcia e o presidente empossado, Leocides Fornazza.

Na ocasião, Léo fez uma retrospectiva da história do sindicalismo brasileiro: "Tivemos, ao longo dos últimos 85 anos, alguns presidentes que deram ao Estado brasileiro um caráter protetivo muito forte e justo. O papel de estabelecer o equilíbrio entre o capital e o trabalho tem sido reafirmado em momentos históricos da nossa República. Mesmo com as interrupções conhecidas da democracia, o legado de Getúlio Vargas, por exemplo, tem se firmado com conquistas do trabalhador sobre as quais não se admitia qualquer recuo. Quando poderíamos imaginar que

um dia a CLT seria rasgada e jogada na lata de lixo, como ocorreu agora, no dia 13 de julho, com o atual governo federal? Nunca passou pela cabeça de ninguém que o trabalhador pudesse perder direitos fundamentais e ficasse tão vulnerável como ficará a partir de novembro, quando entra em vigor a reforma trabalhista".

Apesar de ressaltar que "o sindicalismo se vê agora numa encruzilhada, sem saber exatamente para onde vai, mas sabendo como nunca que precisa seguir a sua missão de defender os direitos dos trabalhadores que representa", Leocides Fornazza manifestou esperança no que diz respeito à disposição que os trabalhadores sempre tiveram de lutar por seus direitos. "Não será desta vez que haverá de faltar garra. Vamos fazer desse limão uma limonada, a começar pela reorganização da nossa estrutura funcional, que requer muito pé no chão e disposição para um trabalho de campo mais intenso, tendo como foco a figura central da existência do sindicato: os empregados no comércio de Maringá e região", afirmou.

Referindo-se à parábola do camponês da pequena aldeia, o presidente empossado declarou: "Vamos escalar todas as torres possíveis e tocar com insistência as nossas cornetas, chamando os trabalhadores para a grande resistência cívica. Só assim faremos ecoar aos quatro ventos o nosso grito de guerra". ■

UGTs ESTADUAIS



Regiões

Norte

ACRE

Presidente: Maria Altinizia Santos Santana

Rua Minas Gerais, 412 - CEP: 69906-315 - Centro - Rio Branco/AC

Tels.: (68) 3224.3471 / 8401.1600 / 8402.5009 - E-mails: ac@sinttelacre.com / tinamaria@brturbo.com.br

AMAZONAS

Presidente: Antonio Mardonio de Albuquerque

Rua Tarumã, 779 - CEP: 69025-040 - Centro - Manaus/AM

Tel.: (92) 3184.8546 - E-mails: ugtamazonas@gmail.com / ningoo@uol.com.br

Home Page: www.ugtamazonas.com.br - Facebook: www.facebook.com/ugtamazonas

RONDÔNIA

Presidente: Francisco de Assis de Lima

Rua Buenos Aires, 1646 - Bairro Nova Porto Velho - CEP: 76820-138 - Porto Velho/RO

Tels.: (69) 3227.5414 - E-mail: ugtropvh@gmail.com

TOCANTINS

Presidente: Célio Mascarenhas Alencar

Quadra 104 Sul - Rua SE 09 - LOTE 31, ST - CEP: 77006-053 - Palmas/TO

Tel.: (63) 3215.1052 - E-mail: ugt-to@ugt.org.br / celioalencar@yahoo.com.br

Home Page: www.ugt-to.org.br

AMAPÁ

Presidente: Amiraldo da Silva

Av. Iracema Carvão Nunes, 644 - Centro - CEP: 68900-099 - Macapá/AP

Tel.: (96) 3222.1036 / 3223.5394 - E-mail: ugt-ap@ugt.org.br

PARÁ

Presidente: José Francisco de Jesus Pantoja Pereira

Av. Gentil Bitencourt, Alameda José Faciola, 262 - Bairro Nazaré - CEP: 66040-180 - Belém/PA

Tels.: (91) 3222.2120 - E-mail: ugtpa@yahoo.com.br

RORAIMA

Presidente: Fabiano Antonio da Silva Xavier

Rua Dr. Rubem Lima Filho, 524 - Cambara - CEP: 69313-335 - Boa Vista/RR

Tels.: (95) 3224.4600 / 3626.2128 - E-mail: siticop-rr@hotmail.com / fabianoxavier2@hotmail.com

Nordeste

ALAGOAS

Presidente: Jackson Lima Neto

Rua Barão de Jaraguá, 520 - CEP: 57002-140 - Centro - Traipu/AL

Tels.: (82) 99318.5330 / 3321.0842 - E-mail: jacksonlimaneto@gmail.com

CEARÁ

Presidente: Agenor lopes da Silva

Avenida Presidente Castelo Branco, 168 - CEP: 60010-000 - Centro - Fortaleza - CE

Tel.: (85) 3253.1558 - E-mail: ugtce@yahoo.com.br

PARAÍBA

Presidente: Romero Baunilha Neto

R. João Amorim, 265 - CEP: 58013-310 - João Pessoa/PB

Tel.: (83) 3222.5429 - E-mail: ugtpb.paraiba@gmail.com

PIAUI

Presidente: Celso Henrique Barbosa Lima

Rua Magalhães Filho, 941 - Térreo - M Paranaguá - CEP: 64.002-450 - Terezina/PI

Tel.: (86) 3223.9719 - E-mail: ugtpi@hotmail.com

SERGIPE

Presidente: Ronaldo Torres Almeida

Av. Doutor Carlos Firpo, 284 - Centro - CEP: 49010-250 - Aracaju/SE

Tels.: (79) 3214.0906 / 3211.4216 - E-mail: ugtse79@hotmail.com

BAHIA

Presidente: Magno Rogério Carvalho Lavigne

Rua Carlos Gomes, 136 - 5º andar - Ed. Telematic - Pelourinho - CEP: 40060-330 - Salvador/BA

Tels.: (71) 3328.0885 - E-mails: secretariaugtba@gmail.com / magnolavigne@gmail.com

Home Page: www.ugtba.com.br - Facebook: www.facebook.com/ugtba

MARANHÃO

Presidente: Weber Henrique Nascimento Marques

Rua da Primavera, 26 - CEP: 65.035-510 - São Luiz/MA

Tels.: (98) 3221.2018 - E-mail: ugtdomaranhao@hotmail.com

PERNAMBUCO

Presidente: Luiz Gustavo de Pádua Walfrido

Rua da Concorórdia, 381 - São José - CEP: 50020-050 - Recife/PE

Tels.: (81) 3224.6045 - E-mail: ugt.pernambuco@gmail.com - Home Page: www.ugtpe.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

Presidente: João Maria Pereira dos Santos

Rua Interv. Mário Câmara, 1300 - CEP: 59032-600 - Natal/RN

Tels.: (84) 3213.4919 - E-mail: ugttrn@hotmail.com

Facebook: https://www.facebook.com/pages/Ugt-Rio-Grande-D-Norte/363914563707105?ref=ts

Centro-Oeste

BRASÍLIA

Presidente: Isaú Joaquim Chacon

Avenida W4 Sul - Sep 707/907 - Lote E - Conjunto C - Edifício San Marino

CEP: 70390-078 - Brasília/DF - Tel.: (61) 3225.0227 - E-mail: ugtbrasiliao@gmail.com

Home Page: www.ugtbrasiliao.com.br - Facebook: www.facebook.com/ugtbrasiliao

MATO GROSSO

Presidente: Cledison Gonçalves da Silva

Rua Pedro Dorileu, 359 - Bairro Dom Aquino - 78015-150 - Cuiabá - MT

Tel.: (65) 3641.3076 / 2127.9154 - E-mail: ugtmt@hotmail.com

GOIÁS

Presidente: Manoel do Bomfim Dias Sales

Rua 23, nº 419, Sala 05 - Edifício 28 de Agosto - Centro - CEP: 74015-120 - Goiás/GO

Tel.: (62) 3645.6500 / 3432.0179 - E-mail: ugtgoias@gmail.com

Facebook: www.facebook.com/ugtgoias.ugtgoias

MATO GROSSO DO SUL

Presidente: Jefferson Borges Silveira

Rua Guaratuba, 27 - Vila Sobrinho - CEP: 79110-220 - Campo Grande/MS

Tels.: (67) 3325.8744/0853 - E-mail: ugt-ms2011@hotmail.com

Sudeste

ESPÍRITO SANTO

Presidente: Ari George Floriano de Siqueira

Rua Raimundo Gama Fortaleza, 15, 2º piso, Bairro do Cruzamento/Romão

CEP: 29041-324 - Vitória/ES - Tel.: (27) 3024.1810/1811/1812

E-mails: ugt.es.ugt@gmail.com

Facebook: www.facebook.com/uniao.dostrabalhadores

RIO DE JANEIRO

Presidente: Nilson Duarte Costa

Rua Carmerino, 128 - grupo 601 / 602 / 702 - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20080-010

Tels.: (21) 2223.2656 / 2233.7849 - E-mail: ugt-rj@hotmail.com / nilsonduartecosta@ig.com.br

Home Page: www.ugt-rj.com.br - Facebook: www.facebook.com/ugt-riodejaneiro

MINAS GERAIS

Presidente: Paulo Roberto da Silva

Rua Jaceguai, nº 164 - conj. 402 - CEP: 30411-131

Belo Horizonte/MG - Tel.: (31) 3222.2631 - E-mail: ugtminasgerais@gmail.com

Home Page: www.ugtminas.org.br

UGT SÃO PAULO

Presidente: Luiz Carlos Motta

Rua dos Pinheiros, 20 - CEP: 05422-000 - São Paulo/SP

Tels.: (11) 3060.6600 - E-mail: presidencia@fecomericiarios.org.br

Sul

PARANÁ

Presidente: Paulo César Rossi

Rua Itupava, 649 - CEP: 80040-134 - Curitiba/PR

Tels.: (41) 3082.5979 / 3082.5989 - E-mail: ugt@ugtparana.org.br

Home Page: www.ugtparana.org.br

SANTA CATARINA

Presidente: Waldemar Schulz Junior (Mazinho)

Av. Atlântica, 1057 - CEP: 88095-701 - Florianópolis/SC

Tels.: (48) 3733.4032/4033 - E-mail: sede@ugtsc.org.br - Home Page: www.ugtsc.org.br

RIO GRANDE DO SUL

Presidente em exercício: Norton Jubeli

Rua 7 de Abril, 450 - Sala 201 - CEP: 90220-130 - Porto Alegre/RS

Tels.: (51) 3557.1123 - E-mail: assessoria@ugtrs.org.br / secgeral@ugtrs.org.br

Home Page: www.ugtrs.org.br - Facebook: https://www.facebook.com/ugtrs



UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES

Sindicalismo Cidadão, Ético e Inovador

Rua Aguiar de Barros, 144 - Bela Vista - São Paulo/SP
CEP 01316-020 - Tel.: 11 2111-7300 - Fax: 11 2111-7301

www.ugt.org.br

Ricardo Patah, presidente

BRASIL

